

INTERSECCIONALIDADE EM SALA DE AULA

UM GUIA PARA A LEI 14.986/2024



Licença Creative Commons CC BY-NC-ND 4.0: O conteúdo do e-book pode ser reproduzido sob as condições estabelecidas pela Licença Creative Commons CC BY-NC-ND 4.0. Esta licença permite que o material seja copiado e redistribuído apenas se for garantida a atribuição aos autores de cada conteúdo reproduzido. A utilização desta licença só é possível para uso não comercial, sem qualquer tipo de modificação. Os termos da licença podem ser consultados em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt>



Autora:

Gabriela Rabello de Lima

Organização:

Maurício Silveira Cardoso , Suellen Andrews
Machado da Silva

Colaboração:

Isabella Vidal de Almeida

Revisão:

Thainá Rocha

Capa e diagramação:

Bruna Santos e Elizangela Silva

Outubro 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lima, Gabriela Rabello de

Interseccionalidade em sala de aula [livro eletrônico] : um guia para a Lei 14.986/2024 / Gabriela Rabello de Lima ; [organização Maurício Silveira Cardoso , Suellen Andrews Machado da Silva ; colaboração Isabella Vidal de Almeida]. -- Canoas, RS : Instituto LetraPreta, 2025.
PDF

ISBN 978-65-983988-2-8

1. Antirracismo 2. Educação - Finalidade e objetivos 3. Educação inclusiva 4. Interseccionalidade 5. Pedagogia 6. Sala de aula I. Cardoso, Maurício Silveira. II. Silva, Suellen Andrews Machado da. III. Almeida, Isabella Vidal de. IV. Título.

25-298105.0

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA OBRA E DO INSTITUTO	4
POR QUE FALAR DE PESSOAS APAGADAS NOS CURRÍCULOS É ESSENCIAL PARA UMA PEDAGOGIA INCLUSIVA?	6
MAS AFINAL, O QUE É INTERSECCIONALIDADE?	8
CONTEXTO DA LEI 14.986/2024 EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	19
PERSPECTIVAS FEMININAS NA EDUCAÇÃO	24
ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA TRABALHAR AS PERSPECTIVAS FEMININAS EM SALA DE AULA	32
CHECK-LIST DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DAS PRÁTICAS IMPLEMENTADAS	51
REFERÊNCIAS	54





APRESENTAÇÃO DA OBRA E DO INSTITUTO

Prezada pessoa educadora,

Em mais uma tiragem, este e-book denominado “Interseccionalidade em Sala de Aula: Um Guia para a Lei 14.986/2024” nasceu da urgência de transformar a nova legislação, recentemente aprovada em prática efetiva em sala de aula. Como Instituto que trabalha com abordagens afrocentradas e letramento racial na educação, sabemos que a Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatória a inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos do ensino fundamental e médio, público e privado, ainda permanece à margem de muitas instituições de ensino. Por isso, não queremos que essa nova normativa siga o mesmo caminho; assim, a partir do nosso Instituto, propomos esta obra. Pensado para quem atua na ponta – coordenadores pedagógicos, professora/es e diferentes educadora/es comprometidos com a justiça social – este e-book combina teoria, dados e ferramentas práticas para que as relações étnico-raciais e de gênero deixem de ser meros conceitos e se tornem vivências diárias em sala de aula.



Nada mais justo do que unir ambos os conceitos por meio da abordagem interseccional, proposta por intelectuais negras, para tratar marcadores sociais complexos de forma inclusiva.

Nos primeiros capítulos, você encontrará a apresentação dos objetivos do Guia e orientações sobre seu uso. Em seguida, mapeamos o cenário brasileiro atual: mostramos dados sobre desigualdade de gênero, explicamos o conceito de interseccionalidade e detalhamos por que é essencial trabalhar essas perspectivas nos conteúdos escolares. Também situamos a Lei 14.986/2024 em diálogo direto com a Educação para as Relações Étnico-Raciais, evidenciando como ambas caminham juntas para uma formação mais plural. Ao aprofundar as perspectivas femininas na educação, discutimos a (sub)representação histórica das mulheres na cultura e na escola, identificamos os estereótipos que ainda insistem em perpetuar desigualdades e exploramos como raça, gênero e classe se entrelaçam no cotidiano escolar. Além disso, tratamos perfis de mulheres brasileiras inspiradoras e apresentamos caminhos para sua aplicação prática em atividades e projetos.

Na parte de estratégias pedagógicas, detalhamos como elaborar um calendário anual de mulheres que inspiram, sugerimos atividades para a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História e indicamos passos para construir um currículo verdadeiramente inclusivo. Cada proposta vem acompanhada de orientações para facilitar a adaptação à realidade da sua escola. Para que o esforço se traduza em resultados concretos, dedicamos um capítulo à avaliação do impacto: listamos indicadores de sucesso na implementação da Lei 14.986/2024, com exemplos de iniciativas bem-sucedidas em outros países, e oferecemos um check-list objetivo para quem está na linha de frente da educação antirracista.

Por fim, reunimos apoios complementares e sugerimos cronogramas e modelos de planos de aula e projetos temáticos que facilitam a adoção imediata das diretrizes. Com linguagem direta e orientada à ação, este Guia foi concebido para apoiá-lo/a/e na construção de um ambiente escolar que reconhece e valoriza todas as identidades.

Vamos nessa?!

Gabriela Rabello

Fundadora do Instituto LetraPreta



POR QUE FALAR DE PESSOAS APAGADAS NOS CURRÍCULOS É ESSENCIAL PARA UMA PEDAGOGIA INCLUSIVA?



Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende isso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas. Concebida inicialmente para acolher alguns — mas não todos — ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, "garantir" — e também produzir — as diferenças entre os sujeitos. É necessário que nos perguntemos, então, como se produziram e se produzem tais diferenças e que efeitos elas têm sobre os sujeitos. - Guacira Lopes Louro, 2014, p 61.



Esse livro nasce de uma comemoração, mas também um inquietamento já marcado por diferentes teóricos e pessoas ligadas à educação que é evidenciar o apagamento da contribuição de mulheres e pessoas marginalizadas em currículos escolares. O ambiente escolar é um dos principais meios de socialização de nossa sociedade e é por meio dele é que aprendemos quais regras respeitar, como ver o mundo e identificar formas de ver o futuro, através de histórias e inspirações que as pessoas educadoras apresentam. Professoras e historiadoras como Guacira Lopes Louro (2024) nos revela, que tornar visível a contribuição de mulheres, que foram segregadas socialmente na grande maioria das comunidades e sociedades ocidentais, bem como o que este movimento conduziu ao seu apagamento da história, e revela que não somente as contribuições das mulheres são mal reconhecidas como exemplos de caso, mas também como construtoras e sujeitos da Ciência.



Imagem: Geledes

Entendemos aqui mulheres em sua diversidade que se identificam em categorias de feminilidade e mulheridade, parafraseando Leticia Nascimento. Por isso, trabalhos como esse e-book não têm nenhum caráter de inédito, mas ainda sim, busca-se somar a um movimento de autoras que já vêm por muitas décadas levantando informações, construindo estatísticas e apontando lacunas em interpretações sociais que reproduzem até os dias atuais as desigualdades que vemos em vários ambientes, como o escolar. Com isso, buscando construir sociedades mais justas, além de dar suporte a pessoas educadoras, através do que temos de mais avançado, até o momento, sobre o tema - que identificamos ser abordagens interseccionais de trabalho - é que essa terceira obra do Letra se soma.



MAS AFINAL, O QUE É INTERSECCIONALIDADE?

Para compreender os motivos que tornaram obrigatórias abordagens fundamentadas nas experiências e perspectivas femininas nos currículos do ensino fundamental e médio no Brasil, recorremos ao trabalho de pesquisadoras negras que usam um conceito amplamente mencionado, mas ainda pouco compreendido em sua profundidade: o de interseccionalidade.

O termo interseccionalidade foi cunhado pela advogada e pesquisadora Kimberlé Crenshaw¹ em 1989 para denunciar as limitações de análises, especialmente no sistema de justiça, que isolam raça, e gênero de outros marcadores sociais². Para Crenshaw, essa lente analítica revela como diferentes sistemas de poder como o racismo, sexismo e classismo se sobrepõem e se reforçam, gerando formas de opressão específicas que passam despercebidas quando cada marcador é tratado isoladamente. Por isso, ao invés de tratar de “problemas das mulheres” ou de “problemas do racismo” de forma separada, a interseccionalidade mostra como, por exemplo, uma mulher negra enfrenta simultaneamente o racismo e o sexismo de maneira única, o que exige práticas educativas capazes de acolher essa convergência de vivências.

Em outro recente trabalho da autora com outros pesquisadores (2013), ela aborda que a interseccionalidade nada mais é do que um uso sensível de análise na qual o significado emerge em seu uso. Ou seja, usar o termo interseccionalidade não faz com que seja necessário esgotar análises de marcadores sociais, ou buscar citações prontas vinculadas a gênero, raça, classe, etc; mas sim o

¹ Nota biográfica

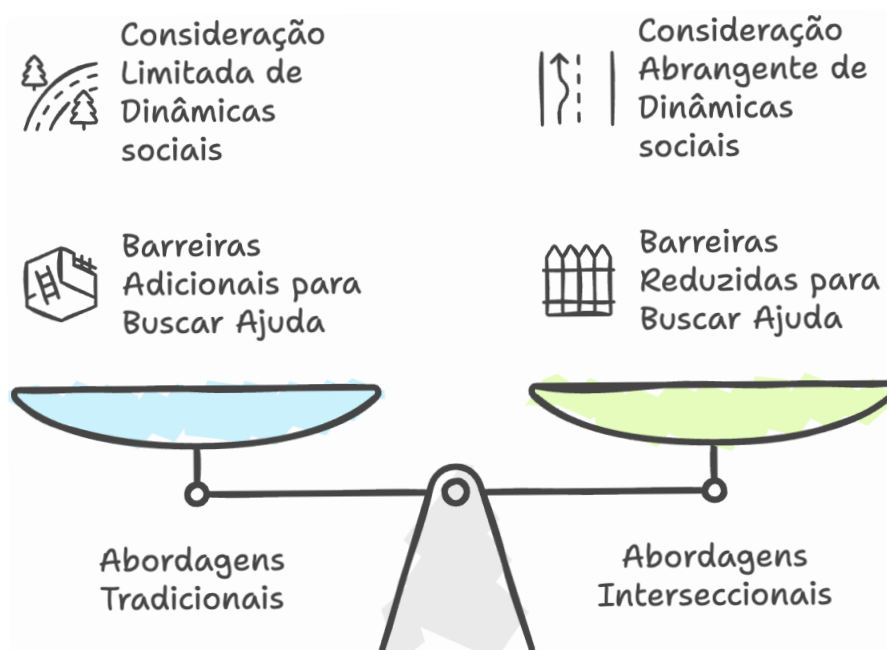
² Entendemos por marcadores sociais elementos sociais que identificam a identidade e pertencimento de uma pessoa com relação, por exemplo, a sua idade, identidade de gênero, classe social, religião, etnia, etc.



uso interseccional é uma forma de pensar sobre problemas sociais de indivíduos e grupos com suas semelhanças, diferenças e suas relações de poder. Para Kimberlé Crenshaw, não pensar de forma interseccional criar pontos cegos em lutas históricas por justiça social, que marginaliza pessoas que não enquadram-se em um perfil/categoria “única” de luta e resistência (ex: mulheres com deficiência, pessoa negra, pessoas de baixa renda).



Ao invés de simplesmente listar os diferentes marcadores sociais que podem influenciar a experiência de um indivíduo, a interseccionalidade nos encoraja a examinar como esses marcadores interagem e se reforçam mutuamente. Isso requer uma análise cuidadosa do contexto social e histórico em que essas interações ocorrem.

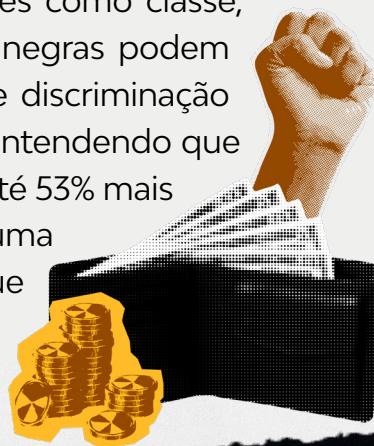


Por exemplo, ao analisar a desigualdade salarial entre homens e mulheres cisgêneras, uma abordagem interseccional consideraria não apenas a identidade de gênero da pessoa, mas também outros fatores como raça, etnia, classe social e nível de educação. Essas considerações podem revelar que a desigualdade salarial é ainda maior para negras, latinas e mulheres de baixa renda.

Além disso, a interseccionalidade nos lembra que as relações de poder não são estáticas, mas sim dinâmicas e em constante mudança. Guacira Lopes Louro (1997;2025)

nos lembra, parafraseando Foucault (2014), que o poder só existe quando se há resistência, pois caso contrário o que ocorre são formas de violência. Pensar a partir dessa perspectiva nos auxilia a pensar que as formas de opressão e desigualdade em sala de aula podem se transformar ao longo do tempo, além de variar dependendo do contexto social e político.

Considere o exemplo de mulheres negras que sofrem violência doméstica. As abordagens tradicionais para lidar com a violência doméstica podem não atender adequadamente às necessidades dessas mulheres, pois muitas vezes não levam em consideração as dinâmicas específicas de raça e outros marcadores como classe, que podem influenciar suas experiências. Por exemplo, mulheres negras podem enfrentar barreiras adicionais para buscar ajuda, como o medo de discriminação racial por parte das autoridades ou a falta de recursos financeiros (entendendo que por médias nacionais que as mulheres negras recebem salários de até 53% mais baixos que de homens brancos, segundos fontes do DIEESE³. Se uma análise vincular somente o tema de gênero, hoje há pesquisas que mostram uma taxa bem mais inferior comparado a essa pesquisa, em diferença de 20%⁴ para deixar um relacionamento abusivo.



3 Fonte: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/mulheres-negras-salario-homens-brancos-aponta-dieese/?gad_source=1&gad_campaignid=22546923003&gbraid=0AAAAAqda5pxoDzQBppr6X9gC8U6gyZ75D&gclid=Cj0KCQjwwsrFBhD6ARIsAPnUFD0bzsgqUJu-XMYGarvHSz3V11lmkfNmKxjkfVKEgflDdwR-2sAykhX4aAqA8EALw_wcB

4 Fonte: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2025/04/mulheres-recebem-20-a-menos-que-homens-no-brasil/>

Da mesma forma, as políticas e programas que visam combater a pobreza podem não ser eficazes para pessoas com deficiência se não levarem em consideração as barreiras específicas que elas enfrentam no acesso à educação, emprego e outros recursos.



Patricia Hill Collins

festival_latinidades, CC BY-SA 2.0, via Wikimedia Commons

Por isso, este tema vem sendo trabalhado por diversas educadoras e profissionais para lidar de forma complexa e inclusiva com o problema da desigualdade social. A principal autora que hoje dedica-se ao tema, além de Crenshaw, que continua publicando e refletindo sobre a questão, é Patricia Hill Collins autora dos livros "Intersectionality as Critical Social Theory" (2019), traduzido no Brasil pela editora boitempo como "Bem mais que ideias, a interseccionalidade como teoria social crítica", e "Lethal Intersections: Race, Gender, and Violence" (2024), traduzido pela mesma editora com o título "Intersecções Letais".

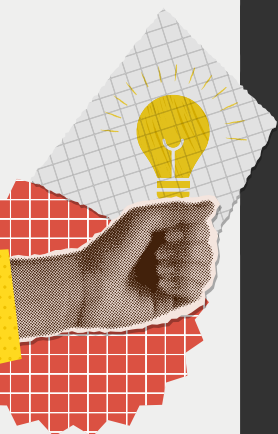
Collins ajuda-nos a compreender que o uso do conceito de interseccionalidade é acima de tudo uma teoria social crítica em construção.

Para a autora (2018) a interseccionalidade é uma teoria social crítica que aborda problemas contemporâneos da sociedade e as mudanças necessárias para combatê-los. Segundo ela, esse conceito possui fundamentos básicos, uma série de questões em formulação e uma comunidade engajada ligada a tradições de práxis que, coletivamente, formam o que a autora considera "estar sujeito" hoje. No Brasil, o livro O que é interseccionalidade, da professora, pesquisadora e assistente social Carla Akotirene, foi escrito sobre o tema e é fortemente recomendado.

Para Collins (2018), o termo interseccionalidade é formado a partir de uma arquitetura cognitiva que envolve:

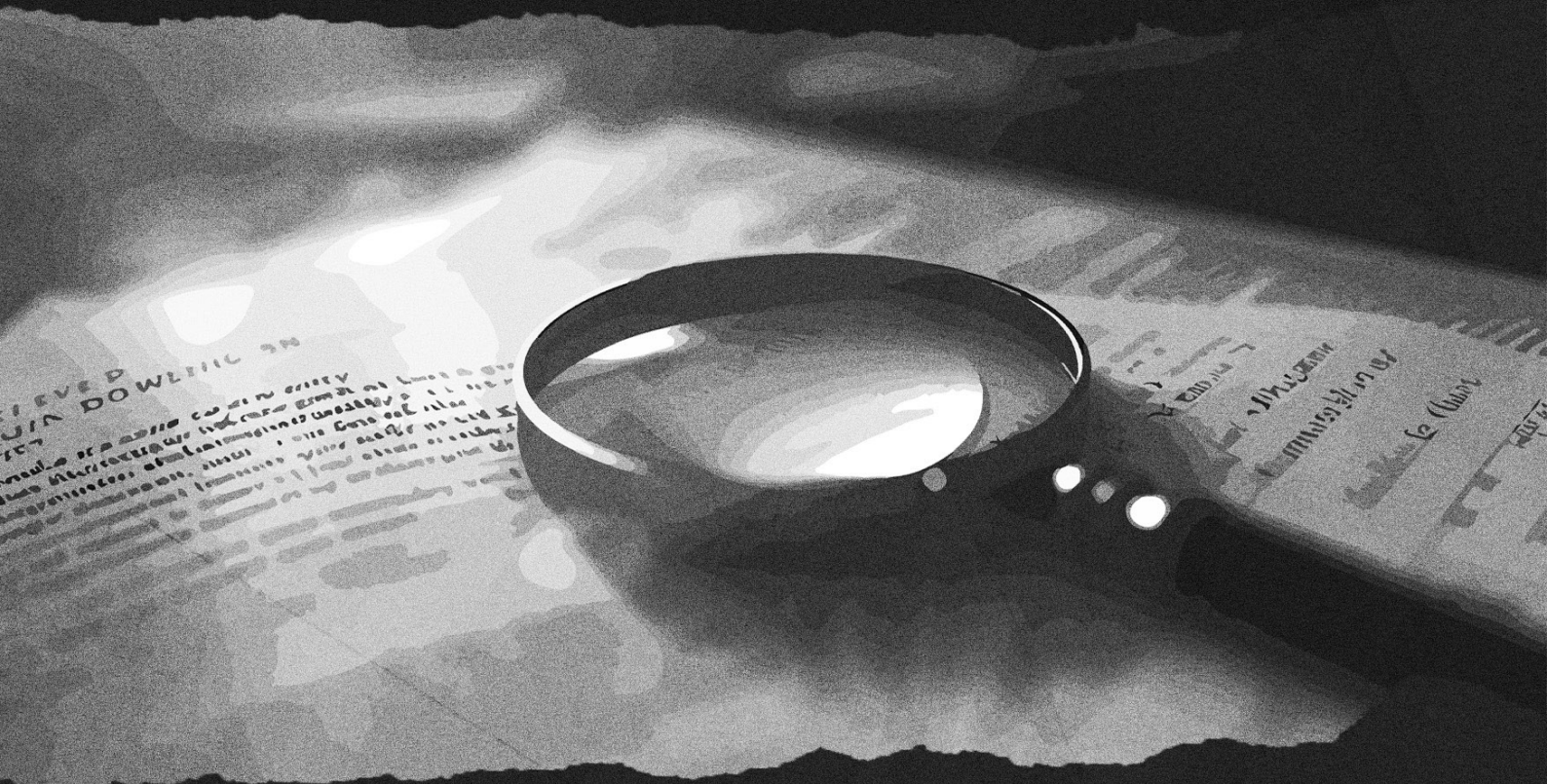
1. Dimensões do pensamento crítico;
2. Ideias-chave;
3. Premissas norteadoras.

Esses três elementos, em conjunto, precisam ser considerados por pessoas que queiram utilizar esse conceito, tendo como base diferentes trabalhos que vêm sendo realizados nos campos social e acadêmico.





Primeiramente, para Collins (2018), a **primeira dimensão** do pensamento crítico advém do uso mais corrente do termo interseccionalidade por meio de metáforas. Ou seja, quando profissionais utilizam interseccionalidade como metáfora, isso contribui para que novas formas de conceituar relações de poder sejam apresentadas. Por isso, analogias como a “encruzilhada”, frequentemente associada ao termo em pesquisas na internet, são úteis, pois auxiliam, de maneira visual e experiencial, na explicação desse conceito. Por exemplo, no caso do racismo e do sexismo, esses fenômenos podem ser entendidos a partir de bases de conhecimento muito distintas. Assim, exemplificar a vivência de uma pessoa que acumula ambos os marcadores sociais por meio da metáfora da encruzilhada ajuda a explicar por que esse indivíduo percebe um determinado fenômeno sob ângulos diferentes, considerando suas experiências e as violências específicas a que está sujeito.



Já a **segunda dimensão** mais comum de interseccionalidade advém do seu uso heurístico, ou seja, como um método de investigação e resolução de problemas que orienta a busca por padrões, hipóteses e explicações, permitindo avanços na compreensão de um determinado fenômeno. Para Collins (2018), essa abordagem heurística mostra “como” as pessoas podem mobilizar ações para solucionar questões específicas. Em especial para quem pertence a alguma minoria ou grupo marginalizado, o uso heurístico da interseccionalidade possibilita repensar conceitos e formas de conhecimento que, de alguma forma, oprimem estas pessoas. Além de revisar o que já existe, esse sistema pode trazer à tona novas formas de poder de maneira visível.

Por exemplo, imagine um/a professor/a de sociologia do ensino médio que, ao planejar uma aula sobre representatividade, aplica o uso heurístico de interseccionalidade para identificar como alunas negras de baixa renda podem vivenciar exclusões específicas ao estudar figuras históricas nos livros didáticos. Em vez de tratar raça e gênero de forma isolada, este/a professor/a parte da sobreposição desses marcadores para guiar todo o desenvolvimento da aula. Na seleção de materiais, incorpora depoimentos e biografias de mulheres e historiadoras negras que viveram em contextos socioeconômicos semelhantes aos de suas alunas, ampliando o repertório de vozes e garantindo que elas se vejam refletidas no conteúdo. Essa escolha não é apenas simbólica, mas estratégica, pois, ao confrontar narrativas oficiais com fontes que expõem experiências interseccionais silenciadas por anos, o/a professor/a provoca reflexões mais profundas sobre os processos de exclusão e resistência⁵.

⁵ Nesse sentido, recomendamos o trabalho desenvolvido pelo Projeto Querino, disponível tanto em plataformas de streaming, como o Spotify, quanto em formato de livro através do título “Projeto Querino: Um olhar afrocêntrico sobre a história do Brasil”



Já a **terceira dimensão** vem do uso de interseccionalidade como mudança de paradigma. Ao aplicar essa postura para analisar e apresentar dados aos seus estudantes, por exemplo, o de violência contra as mulheres, fica evidente que apresentar estatísticas sem desagregá-las por raça, classe ou outros marcadores sociais não apenas mascara realidades específicas, mas também compromete a formulação de políticas públicas eficazes. Esses recortes interseccionais evidenciam urgências específicas que só emergem, por exemplo, quando se analisa as experiências de mulheres, com outros marcadores de forma articulada, orientando a construção de políticas públicas realmente inclusivas. Para Collins, esse uso só se torna possível quando ocorrem três mudanças significativas que permitem a adoção de um novo paradigma.

A primeira mudança é quando o novo modelo demonstra de forma convincente a capacidade de resolver problemas previamente identificados e, até então, não solucionados. A segunda decorre do acúmulo desses problemas sem solução aparente, gerando um quadro insustentável. Por fim, esses mesmos problemas passam a atrair um número expressivo de especialistas, os quais colaboram na construção de novas abordagens para lidar com o fenômeno. Portanto, a interseccionalidade não é apenas uma ferramenta analítica, mas também um chamado à ação. Ela nos desafia a repensar nossas abordagens para a justiça social e a desenvolver estratégias que sejam mais inclusivas e eficazes para abordar as múltiplas formas de opressão que as pessoas enfrentam.

Na imagem abaixo, apresentamos dados notificados do último Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, que evidenciam a relevância do uso da interseccionalidade na aplicação da Lei nº 14.986/2024.

INFOGRÁFICO Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024

CRESCEM TODAS AS MODALIDADES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

AGRESSÕES DECORRENTES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



STALKING



AMEAÇAS



VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA



TENTATIVA DE HOMICÍDIO CONTRA MULHERES



TENTATIVA DE FEMINICÍDIO



FEMINICÍDIOS



VÍTIMAS DO FEMINICÍDIO

63,6% NEGRAS

71,1% ENTRE 18 E 44 ANOS

64,3% FORAM MORTAS NA RESIDÊNCIA



90%
DOS ASSASSINOS DE MULHERES SÃO **HOMENS**



QUEM MATOU?

63%
parceiro íntimo

21,2%
ex-parceiro íntimo

8,7%
familiar

VIOLÊNCIA SEXUAL

IMPORTUNAÇÃO SEXUAL



ASSÉDIO SEXUAL



DIVULGAÇÃO DE CENA DE ESTUPRO / SEXO / PORNOGRAFIA



| 1 ESTUPRO A CADA 6 MINUTOS

↑ 6,5%

83.988

VÍTIMAS DE ESTUPRO E
ESTUPRO DE VULNERÁVEL



TAXA DE 41,4 POR 100 mil

2011 A 2023 ESTUPROS CRESCEM 91,5%

PERFIL DAS VÍTIMAS



61,6% TEM ATÉ
13 ANOS

76,0% ERAM
VULNERÁVEIS

11,1% ENTRE 0 E
4 ANOS

88,2% SEXO
FEMININO

18,0% ENTRE 5
E 9 ANOS

52,2% NEGRAS

32,5% ENTRE 10
E 13 ANOS

AGRESSORES

VÍTIMAS DE 14 ANOS E +

VÍTIMAS DE
0 A 13 ANOS



31,2% FAMILIAR

9,9% EX-PARCEIRO

64% FAMILIAR

28,1% PARCEIROS
ÍNTIMO

13,2% CONHECIDOS

22,4% CONHECIDOS

VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES 2022/2023

↑ 22,0%

ABANDONO
DE INCAPAZ

↑ 34,0%

ABANDONO
MATERIAL

↑ 42,6%

PORNOGRAFIA
INFANTO-JUVENIL

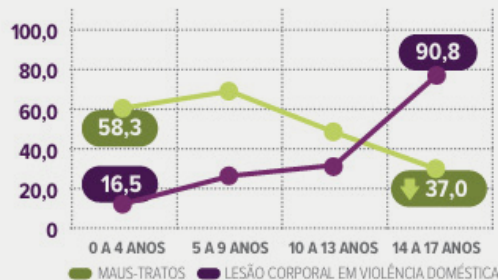
↑ 24,1%

EXPLORAÇÃO
SEXUAL INFANTIL

↑ 28,4%

SUBTRAÇÃO DE
CRIANÇAS E
ADOLESCENTES

MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA TORNAM-SE LESÕES CORPORAIS NA ADOLESCÊNCIA



ONDE OCORRE A VIOLÊNCIA SEXUAL

LOCAIS	ESTUPRO	ESTUPRO DE VULNERÁVEL	ESTUPRO + ESTUPRO DE VULNERÁVEL
RESIDÊNCIA	52,1	64,7	61,7
VIA PÚBLICA	20,5	10,6	12,9
ÁREA RURAL	2,2	2,5	2,5
SÍTIO E FAZENDA	0,9	1,2	1,1
ESTABELECIMENTO COMERCIAL/ FINANCEIRO	3,8	1,4	2,0
HOSPITAL	1,5	1,4	1,4
OUTROS	19,0	18,2	18,4

CIDADES COM MAIORES TAXAS DE ESTUPROS/ ESTUPROS DE VULNERÁVEL NO PAÍS

1. SORRISO (MT) — 113,9
2. PORTO VELHO (RO) — 113,6
3. BOA VISTA (RR) — 110,5
4. ITAITUBA (PA) — 100,6
5. DOURADOS (MS) — 98,6

MAUS-TRATOS

↑ 29.469
VÍTIMAS
30,3%

60,9% DAS VÍTIMAS
TINHAM NO MÁXIMO
9 ANOS

25,1% ENTRE
0 E 4 ANOS

35,7% ENTRE
5 E 9 ANOS



CRESCEM AGRESSÕES ENTRE CRIANÇAS NO AMBIENTE DOMÉSTICO

↑ 0 A 4 ANOS
9,4%

↑ 5 A 9 ANOS
11,4%

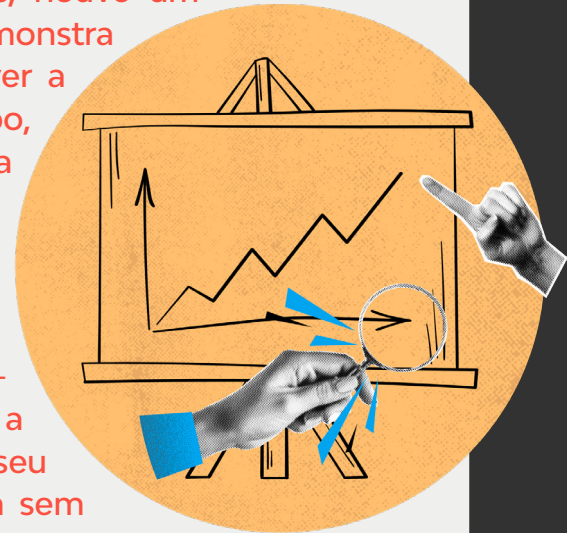
↑ 10 A 13 ANOS
2,6%



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024, p. 3)

Se fizermos uma comparação com o ano anterior (2023), podemos identificar, por exemplo, um crescimento em todos os tipos de violência, comparado ao ano anterior, assim como o aumento do percentual de mulheres negras mortas por feminicídio (63,6% > 61,1%).

Por exemplo, imagine um/a professor/a de história do ensino médio que, ao abordar violência de gênero, apresenta primeiro estatísticas gerais e depois dados segregados por categorias distintas: enquanto os casos de feminicídio entre mulheres brancas diminuíram ao longo dos últimos anos, houve um aumento entre mulheres negras. Essa comparação demonstra como o novo paradigma interseccional busca resolver a “cegueira” das análises anteriores e, ao mesmo tempo, expõe o acúmulo de falhas. Para avançar, essa pessoa educadora convida uma pesquisadora em estudos de raça e gênero e/ou um/a assistente social da comunidade local para uma roda de conversa com a turma. Juntos, desenvolvem atividades práticas, como análise crítica de notícias e elaboração de projetos de prevenção voltados a grupos marginalizados, ilustrando como a interseccionalidade só se consolida de fato quando seu valor é comprovado quando os problemas persistem sem solução e quando especialistas se engajam na construção colaborativa de novas respostas.



Já as ideias-chave que compõem a arquitetura cognitiva da utilização da interseccionalidade vêm do trabalho com as noções de relacionalidade, poder, desigualdades sociais, contexto social, complexidade e justiça social. Essas ideias, por vezes usadas de maneira única ou conectadas, acabam no centro do debate e do trabalho com essa perspectiva. Por exemplo, a ideia-chave mais comum ligada ao termo interseccionalidade advém da noção de poder. Para Collins (2018), esse tema descreve como as relações de poder produzem divisões sociais determinadas por categorias como raça, gênero, classe social, sexualidade, idade, entre outras. Quem não adota um paradigma interseccional entende essas categorias como distintas e não aceita que sejam compreendidas concomitantemente. Já no paradigma interseccional, esses sistemas de poder coproduzem novas formas de dominação, exploração e violência que reproduzem, de modo simultâneo, diferentes manifestações materiais de desigualdade.

Por exemplo, em uma turma de do ensino médio, a pessoa educadora pode propor a análise de casos reais de pessoas mortas em confrontos com a polícia. Divide-se a pesquisa em grupos, cada um investigando um caso específico, coletando dados sobre raça, classe e região de origem das vítimas. A partir dessa atividade, discute-se como políticas de segurança pública e condições socioeconômicas historicamente desigualitárias contribuem para esses desfechos e como a forma de relação da polícia distingue-se mesmo com pessoas de classes sociais equânimes, tornando evidente a necessidade de uma abordagem interseccional para compreender e enfrentar o problema.

Para essa arquitetura de uso da interseccionalidade, pressupõe-se que raça, classe e gênero são sistemas de poder interdependentes; que a interseção desses sistemas produz padrões complexos de desigualdade; que essas interseções moldam tanto as experiências individuais quanto as coletivas; e que somente por meio de análises que articulem simultaneamente esses marcadores é possível compreender e enfrentar efetivamente os problemas sociais. Como aponta Collins (2019), Kimberlé Crenshaw não previa que a fundamentação de sua teoria interseccional se tornaria um método de investigação crítica e de práxis. Contudo, esse conceito marcou uma virada na relação entre o ativismo e a comunidade acadêmica, pois a transformação dos sistemas educacionais e dos saberes incorporados e vividos estava no centro dessas iniciativas.

Nos Estados Unidos a campanha **#SayHerName**, lançada em dezembro de 2014 pelo African American Policy Forum e pelo Center for Intersectionality and Social Policy Studies, reuniu ativistas, acadêmicos e familiares para romper o silêncio em torno da violência policial contra mulheres negras. A partir de seminários em instituições como Harvard e Rutgers, da criação da **#SayHerName Mothers Network** e de vigílias públicas, o movimento expandiu as pesquisas sobre brutalidade estatal e forçou a inclusão de módulos interseccionais em cursos de Direito e Estudos de Gênero. Esse esforço coletivo não apenas ampliou o alcance das investigações, mas também reformulou práticas pedagógicas, garantindo que as experiências específicas de mulheres, meninas e pessoas trans negras fossem finalmente ouvidas e valorizadas⁶.



A interseccionalidade nos convida a pensar de forma mais crítica sobre como as diferentes formas de opressão se interligam e a desenvolver soluções mais eficazes para promover a justiça social. Isso significa ir além de abordagens "tamanho único" e adotar estratégias que sejam sensíveis às necessidades e experiências específicas de diferentes grupos de pessoas.

⁶ Para saber mais, recomendamos visitar o site <https://www.aapf.org/sayhername>



CONTEXTO DA LEI 14.986/2024 EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A promulgação da Lei nº 14.986 de 25 de setembro de 2024, ao alterar a LDB para tornar obrigatória a incorporação de perspectivas femininas nos currículos do ensino fundamental e médio, insere-se diretamente nas demandas históricas por justiça e reconhecimento pautadas pela Educação para as Relações Étnico-Raciais.

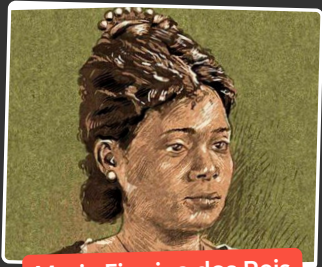
Segundo Collins (2019), estudantes de grupos minoritários (como mulheres, pessoas negras e membros da comunidade LGBTQIAPN+) têm sido agentes de revisão do saber acadêmico, questionando narrativas que antes silenciavam suas vivências e impulsionando a adoção do conceito de interseccionalidade. Nesse sentido, a Lei nº 14.986/2024 pode assumir esse papel de catalisadora social ao instituir que os conteúdos escolares dialoguem não apenas com as experiências de identidade de gênero, mas também com as múltiplas intersecções de raça, classe e território.

Ao integrar exemplos de trajetórias de mulheres negras, indígenas, com deficiência, de diferentes regiões do Brasil, das periferias metropolitanas às comunidades ribeirinhas, a Lei 14.986/2024 fortalece uma educação inclusiva que valoriza a diversidade geográfica e cultural, consolidando o espaço escolar como palco de resgate e valorização de histórias antes invisibilizadas. É nesse sentido que a **Lei 14.986/2024**, ao prever que os currículos incluam as perspectivas femininas em áreas como ciências, artes, cultura e política, dialoga diretamente com as pautas da **educação para as relações étnico-raciais (Lei 10.639/03 e 11.645/08)**, reforçando que a democratização do conhecimento passa necessariamente pela pluralização de vozes.





Carolina Maria de Jesus



Maria Firmina dos Reis



Lélia Gonzalez



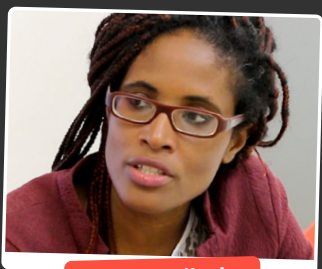
Beatriz Nascimento

Autor foto: Raquel Gerber (Brasília, 1988, Visita à Fundação Palmares) – Acervo ORI.



Sueli Carneiro

Marcus Steinmayer, CC BY-SA 4.0, via Wikimedia Commons



Djamila Ribeiro

Agência PT, CC BY 3.0, via Wikimedia Commons

Nesse cenário, pessoas como **Carolina Maria de Jesus**, com *Quarto de Despejo*, permite que estudantes compreendam como pobreza, fome e exclusão afetam o direito à educação, estimulando análises críticas sobre políticas públicas e desigualdade. Já **Maria Firmina dos Reis**, considerada a primeira romancista brasileira, traz em *Úrsula* (2024) uma denúncia contundente da escravidão e da violência contra mulheres negras escravizadas, permitindo que professores discutam gênero, raça e classe no contexto histórico da formação do Brasil. Também **Lélia Gonzalez** e seu conceito de **amefricanidade** oferecem um caminho pedagógico para entender como a experiência afro-latino-americana deve atravessar currículos, conectando estudantes às identidades afro-diaspóricas. **Beatriz Nascimento**, ao resgatar a centralidade dos quilombos, mostra como memória e ancestralidade podem se transformar em projetos pedagógicos que articulam história e resistência.

Sueli Carneiro e **Djamila Ribeiro** são duas pensadoras centrais do feminismo negro brasileiro contemporâneo, cujas obras dialogam diretamente com a necessidade de repensar os currículos à luz da educação para as relações étnico-raciais. Em sua tese de doutorado, publicada anos depois, Carneiro mobiliza os conceitos foucaultianos de dispositivo e biopoder para elaborar o **dispositivo de racialidade**, mecanismo que naturaliza a supremacia branca e sustenta o racismo estrutural por meio da violência, do contrato racial entre sujeitos brancos e do epistemicídio, que inferioriza intelectualmente e silencia populações negras. Para ela, entretanto, todo dispositivo de poder engendra resistências, e é a partir da memória, da autoestima e da ação coletiva que emergem as insurgências negras. Djamila Ribeiro, por sua vez, retoma esse debate em chave pedagógica: em *Lugar de Fala* (2017), evidencia a urgência de reconhecer e legitimar as vozes historicamente marginalizadas, enquanto em *Pequeno Manual Antirracista* (2019) sistematiza em 11 lições práticas caminhos de enfrentamento ao racismo, acessíveis a diferentes públicos. Juntas, Carneiro e Ribeiro constroem um eixo teórico e pedagógico que permite à escola denunciar o racismo estrutural como tecnologia de poder e, ao mesmo tempo, oferecer ferramentas concretas para combatê-lo, transformando o espaço educativo em terreno de resistência e emancipação.

Conceição Evaristo e **Cida Bento** oferecem contribuições complementares para a compreensão e o enfrentamento do racismo na educação e na sociedade. A escritora Conceição Evaristo, com sua proposta de **escrevivência**, insere a literatura negra no currículo como experiência viva, transformando em narrativa literária a voz de mulheres negras historicamente silenciadas. Suas personagens, marcadas pela pobreza, pela violência e pelo racismo, permitem que a escola trabalhe a literatura não apenas como arte, mas como memória coletiva e denúncia social, fortalecendo a construção de identidades e o reconhecimento da experiência negra como produtora de conhecimento. Já a psicóloga Cida Bento, ao desenvolver o conceito de **pacto narcísico da branquitude**, oferece uma chave analítica para compreender os mecanismos invisíveis de manutenção dos privilégios brancos e das desigualdades institucionais. Sua reflexão ultrapassa os limites da escola, mas impacta diretamente a formação de professores e a educação corporativa, ao mostrar como o racismo se reproduz em organizações que se dizem neutras ou meritocráticas.

Finalizando com alguns outros exemplos tangíveis, a produção contemporânea também é marcada por nomes como **Carla Akotirene**, que em sua obra mais recente, *Akotirene* analisa as audiências de custódia como **cenários coloniais**, revelando que espaços que deveriam assegurar direitos básicos às pessoas presas em flagrante, em sua maioria negras, acabam por reforçar o encarceramento em massa, legitimando a palavra das forças policiais como verdade e desqualificando sistematicamente a voz dos acusados. Já **Thiffany Odara**, psicóloga e ativista do movimento negro e LGBTQIA+, propõe a noção de **pedagogia da desobediência**, articulando saúde mental, raça, gênero e sexualidade para pensar processos educativos que rompam com padrões normativos e coloniais, valorizando a diversidade como princípio. Por sua vez, **Bárbara Carine**, professora, pesquisadora e ativista, tem como foco a **interseção entre educação, ciência e comunicação**, demonstrando como a escola e a mídia podem tanto reproduzir quanto combater o racismo. Suas produções enfatizam a urgência de currículos antirracistas, especialmente nas áreas de ciências e formação docente, tensionando os mecanismos de exclusão ainda presentes no ensino.



Conceição Evaristo

Foto: Lula Oficial, CC BY-SA 2.0, via Wikimedia Commons



Cida Bento

Foto: Cida Bento / site Alma Preta



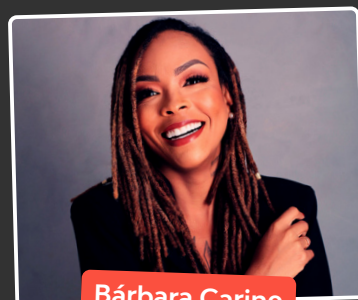
Carla Akotirene

Foto: Carla Akotirene / site Grupo Editorial Record



Thiffany Odara

Foto: Thiffany Odara / site Revista Afirmativa



Bárbara Carine

Foto: Bárbara Carine / site Revista Educação / arquivo pessoal

Juntas, essas autoras demonstram como a **Lei 14.986/2024** pode ser aplicada na contemporaneidade: ao integrarem diferentes linguagens (do direito à saúde mental, da comunicação à educação científica), constroem uma pedagogia capaz de incluir, e tensionar estruturas de poder para oferecer caminhos de transformação social.

MAS POR QUE ESSE TEMA É TÃO IMPORTANTE PARA O BRASIL?

Porque a escola, como espaço de formação cidadã, ainda reproduz desigualdades estruturais. Currículos que ignoram as contribuições de mulheres negras reforçam uma história oficial que privilegia homens brancos e apaga a pluralidade de sujeitos que compõem o país.

Por exemplo, no campo jurídico, **Lívia Santana e Sant'Anna Vaz**, promotoras de Justiça, e **Vera Lúcia Araújo Santana**, advogada e integrante do movimento *Mulheres Negras Decidem*, representam a inserção das mulheres negras nos espaços de poder institucional, disputando o próprio sistema de justiça. Suas trajetórias podem inspirar práticas pedagógicas que mostrem como a luta por direitos humanos e igualdade racial também se constrói no direito e na política institucional. Com isso, quando trazemos para o centro da sala de aula autoras como Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo ou juristas como Lívia Vaz e Vera Lúcia Araújo, mostramos que a educação é também uma forma de justiça social.

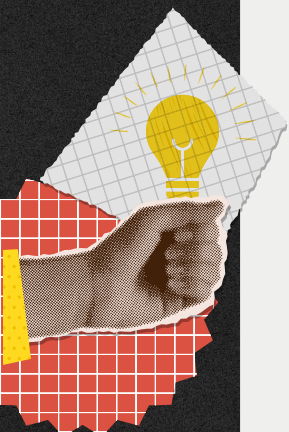
É pela inserção dessas trajetórias que se cumpre o sentido da Lei 14.986/2024: **garantir que as novas gerações tenham acesso a referências plurais e emancipatórias**, capazes de transformar a escola em um espaço de memória, resistência e produção de igualdade em suas comunidades.

Neste e-book, partimos do pressuposto de que persistir em narrativas que não abarcam toda a diversidade de experiências femininas faz com que problemas complexos sejam tratados de forma superficial e inviabiliza a projeção de novos futuros — sobretudo para estudantes que carregam múltiplos marcadores sociais além da identidade de gênero, como é a maioria dos casos de estudantes de escolas públicas no Brasil. Além disso, como a violência atinge desproporcionalmente pessoas marginalizadas, é essencial que os estudantes compreendam e denunciem violências que podem sofrer em casa ou em outros ambientes.



DICA DE IMPLEMENTAÇÃO NA PRÁTICA:

Em uma turma de 9.º ano do ensino fundamental, por exemplo, você professor/a inicia a aula apresentando trechos selecionados de *Quarto de Despejo: Diário de Uma Favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus, destacando passagens em que ela descreve as dificuldades de ser mulher negra e pobre em uma favela de São Paulo. Em seguida, divide os/as estudantes em grupos para que identifiquem, em cada fragmento, como raça, gênero, classe social e território se cruzam na experiência da autora; por exemplo, como a maternidade solo agrava sua vulnerabilidade econômica ou como o preconceito racial limita suas opções de trabalho. Cada grupo pode elaborar um cartaz relacionando esses elementos interseccionais às suas próprias comunidades locais (pode ser uma periferia urbana, uma área rural ou um bairro de pessoas migrantes) e propor ações escolares de inclusão, como convidar lideranças comunitárias ou organizar rodas de diálogo com mulheres que enfrentam múltiplas formas de discriminação. Para encerrar, cada aluno pode redigir uma breve reflexão sobre de que forma o diário de Carolina inspira uma revisão crítica dos conteúdos tradicionais e sugerir ao menos uma fonte complementar (vídeo, reportagem ou depoimento oral) que amplie ainda mais a diversidade de vozes no currículo.



PERSPECTIVAS FEMININAS NA EDUCAÇÃO



Parágrafo único. As abordagens a que se refere este artigo devem incluir diversos aspectos da história, da ciência, das artes e da cultura do Brasil e do mundo, a partir das experiências e das perspectivas femininas, de forma a resgatar as contribuições, as vivências e as conquistas femininas nas áreas científica, social, artística, cultural, econômica e política." - Extrato da lei 14.986/2024.

Quando afirmamos que as identidades de gênero e as identidades sexuais se constroem em relação, queremos significar algo distinto e mais complexo do que uma oposição entre dois pólos; pretendemos dizer que as várias formas de sexualidade e gênero são interdependentes; ou seja, afetam umas às outras.



- Guacira Lopes Louro, 2014, p.53

Esse parágrafo da **Lei 14.986/2024** evidencia a necessidade de uma prática educativa que rompa com a invisibilização histórica das mulheres e reconheça suas contribuições plurais. Ao determinar que os currículos abordem ciências, artes, cultura, história e política a partir das **experiências e perspectivas femininas**, a lei chama atenção para o resgate de trajetórias silenciadas e para a valorização de saberes que foram sistematicamente marginalizados pelo androcentrismo e pelo eurocentrismo. Isso significa, na prática, integrar ao processo educativo as produções intelectuais, artísticas e políticas de mulheres negras, indígenas, brancas, periféricas e de diferentes contextos sociais, não como adendos, mas como parte constitutiva do conhecimento. De acordo com Guacira Lopes Louro (2014), precisamos romper com dicotomias binárias de construções e contribuições de mulheres e homens, pois só a partir de perspectivas realmente plurais é que vamos reduzir estereótipos de papéis vinculados a identidade de gênero, tão presentes nos ambientes escolares e cotidiano, que contribuem com desigualdades estruturais.



Por exemplo, para muitos estudantes, especialmente em regiões de periferia, a escola acaba sendo um dos principais locais de socialização e aprendizado que essa pessoa vai carregar no futuro. Por isso, práticas que visem apoiar a diversidade das crianças e adolescentes, em sala de aula, devem ser estimuladas.

“ *No “jogo das dicotomias” os dois pólos diferem e se opõem e, aparentemente, cada um é uno e idêntico a si mesmo. A dicotomia marca, também, a superioridade do primeiro elemento. Aprendemos a pensar e a nos pensar dentro dessa lógica e abandoná-la não pode ser tarefa simples. A proposição de desconstrução das dicotomias - problematizando a constituição de cada polo, demonstrando que cada um na verdade supõe e contém o outro, evidenciando que cada polo não é uno, mas plural, mostrando que cada polo é, internamente, fraturado e dividido - pode se constituir numa estratégia subversiva e fértil para o pensamento* ”

- **Guacira Lopes Louro, 2014, p. 35**

Assim, a lei **14.986** não apenas propõe uma reparação histórica, mas também desafia educadores a repensarem seus métodos e materiais didáticos, de modo a transformar a sala de aula em um espaço de construção de justiça social e de promoção da igualdade. Assim, abaixo trazemos alguns nomes de mulheres e figuras que são importantes de ser conhecidas, a fim de construir currículos mais plurais e inclusivos:



Columbia GSAPP, CC BY 2.0,
via Wikimedia Commons

Angela Davis⁷: Filósofa e ativista, denuncia as conexões entre racismo, sexismo e exploração econômica. Nos anos 1960 e 1970, Davis tornou-se conhecida por seu envolvimento com os Panteras Negras e o Partido Comunista dos EUA, além de sua militância contra o racismo, o sexismo e o sistema prisional. Presa em 1970 e acusada injustamente de envolvimento em um caso de sequestro e assassinato, passou 16 meses na prisão até ser absolvida em 1972, tornando-se um símbolo da luta contra a perseguição política e a criminalização de ativistas. Intelectual de referência, Davis é autora de obras fundamentais como *Mulheres, Raça e Classe*

(1981), que analisa a intersecção entre racismo, sexismo e exploração econômica, e *Estarão as Prisões Obsoletas?* (2003), que propõe a abolição do sistema prisional como o conhecemos, defendendo alternativas comunitárias de justiça. Sua produção acadêmica e ativista conecta a luta antirracista ao feminismo, ao socialismo e às pautas anticarcerárias, inspirando movimentos em todo o mundo. Suas obras podem ser utilizadas em atividades de debate crítico sobre democracia, o encarceramento em massa e desigualdade estrutural, estimulando os(as) estudantes a refletirem sobre como diferentes formas de opressão se entrelaçam.

⁷ Fonte: <https://nmaahc.si.edu/angela-davis>

Anna Julia Cooper: Educadora afro-americana do século XIX, autora de *A Voice from the South* (1892), foi uma das primeiras a defender a educação de mulheres negras como pilar de transformação social. Em sala de aula, sua obra pode inspirar discussões sobre acesso à escola e igualdade de oportunidades, ressaltando o papel das mulheres negras como sujeitas do conhecimento.



Marcelo Freixo, CC BY 2.0, via Wikimedia Commons

Benedita da Silva: Abriu caminhos históricos ao se tornar, em 1982, a primeira mulher negra eleita para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em 1994, fez história novamente ao assumir o cargo de primeira senadora negra do Brasil. No Senado, destacou-se pela luta em defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas, sendo responsável por um projeto que garantiu benefícios como FGTS e seguro-desemprego para a categoria. Mais tarde, integrou o governo Lula como Ministra da Secretaria Especial da Assistência e Promoção Social. Em 2002, tornou-se a primeira mulher a governar o estado do Rio de Janeiro, período em que implementou políticas de cotas e fortaleceu ações de inclusão

de pessoas negras na educação e na administração pública. Antes mesmo da PEC das Domésticas, aprovada em 2013, Benedita já atuava no Senado na década de 1990 para regulamentar a profissão. Ela foi relatora e defensora de projetos que asseguraram direitos básicos (como o FGTS e o seguro-desemprego) para trabalhadores e trabalhadoras domésticas, uma categoria historicamente composta em sua maioria por mulheres negras, marcada pela herança escravocrata e pela precarização do trabalho.⁸

Buchi Emecheta: Escritora nigeriana, em *The Joys of Motherhood* (1979) analisa a maternidade e as contradições da sociedade patriarcal. Seu trabalho pode ser explorado em atividades de literatura comparada para discutir papéis de gênero e como eles se articulam em diferentes contextos históricos e culturais.



Carolina Maria de Jesus: Escritora brasileira e catadora de papel, autora de *Quarto de Despejo* (1960), retrata a fome e a desigualdade na favela do Canindé. Em sala de aula, sua escrita visceral pode ser usada em projetos interdisciplinares de leitura e análise social, ajudando a compreender as desigualdades que atravessam a educação.

⁸ Para saber mais, recomendamos o pequeno documentário realizado pela TV Senado sobre a parlamentar: [acesse aqui](#).

Chimamanda Ngozi Adichie⁹: Escritora nigeriana contemporânea, conhecida por *Sejamos Todos Feministas* (2014) e pela palestra *O Perigo de uma História Única* (2009). Além da ficção, Adichie ganhou enorme repercussão mundial com seus ensaios e palestras. O TED Talk “O Perigo de uma História Única” (2009) tornou-se referência sobre como narrativas únicas criam estereótipos e reduzem a complexidade das experiências humanas. Já em *Sejamos Todos Feministas* (2014), ela adapta sua palestra homônima para discutir um feminismo inclusivo e acessível, texto que foi a ser distribuído em escolas na Suécia e inspirou campanhas culturais e sociais ao redor do mundo. Seus textos podem ser utilizados em rodas de leitura para discutir estereótipos e ampliar a visão dos alunos sobre identidade, cultura e gênero.



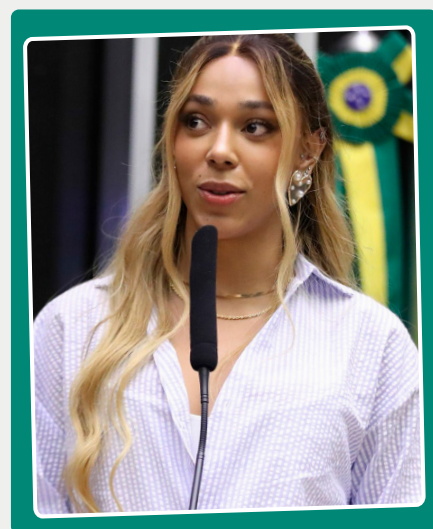
Chimamanda Ngozi Adichie, Howard County Library System.



Callanga, CC BY-SA 4.0, via Wikimedia Commons

Elza Soares¹⁰: Elza Soares foi uma cantora brasileira que transformou uma vida marcada pela pobreza em uma das vozes mais potentes da música popular. Casou-se três vezes, sendo que seu primeiro casamento foi aos 12 anos de idade. Teve oito filhos, dos quais quatro faleceram com ela em vida. Sua obra é exemplo de resistência e identidade cultural, podendo ser explorada em aulas de artes e história como ferramenta de reflexão crítica. Canções como “Maria da Vila Matilde”, que aborda a violência doméstica, e “A Carne”, que denuncia a desvalorização do corpo negro ao afirmar que “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, são recursos poderosos para discutir racismo, gênero e desigualdade social em sala de aula.

Erika Hilton¹¹: Primeira mulher trans e travesti negra eleita deputada federal no Brasil, Erika Hilton é referência na luta por direitos humanos e inclusão. A deputada federal Érika Hilton (PSOL-SP) tem se destacado na apresentação de projetos de lei que dialogam diretamente com justiça social, igualdade de direitos e sustentabilidade. Entre eles, está o PL 2245/2023, que criou a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (transformado na Lei 14.821/2024); o PL 1031/2024, que obriga hospitais e delegacias a informarem vítimas de violência sexual sobre o direito ao aborto legal; o PL 1621/2024, que inclui mulheres afetadas por calamidades no programa



Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados, CC BY 3.0, via Wikimedia Commons

9 Fonte: <https://www.chimamanda.com/>

10 Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/elza-soares.htm>

11 Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/220645>



de distribuição gratuita de absorventes; e propostas de gratuidade na retificação de nome para pessoas trans, hoje incorporadas ao PL 3213/2021. No campo socioambiental, apresentou o PL 1594/2024, que institui a Política Nacional de Deslocados Ambientais e Climáticos, e o PL 380/2023, que altera o Estatuto da Cidade para incluir medidas de resiliência climática e mitigação em áreas urbanas. Também propôs o PL 3564/2024, que endurece penas para incêndios criminosos, e projetos ligados à coleta de dados e ao fortalecimento de direitos da população LGBTQIA+. Por fim, é autora da PEC 8/2025, que propõe acabar com a escala de trabalho 6x1 e instituir a jornada de quatro dias semanais, com limite de 36 horas, reforçando sua agenda voltada para dignidade no trabalho, justiça climática e igualdade de gênero e diversidade. Sua presença na política pode ser trabalhada em atividades de educação para a cidadania e direitos, mostrando a importância da representatividade e do enfrenta-

mento às violências estruturais contra pessoas LGBTQIA+.

Esmeralda Ribeiro: Escritora do coletivo Quilombhoje, dedica-se à valorização da literatura afro-brasileira. Em projetos pedagógicos, sua obra pode ser incluída em programas de leitura que ampliem o cânone literário e fortaleçam a identidade negra entre estudantes.

Geni Guimarães: Escritora e professora, autora de *A Cor da Ternura* (1989), narra experiências de racismo e exclusão escolar. Sua produção pode ser usada em práticas pedagógicas que trabalhem memórias de infância e desigualdade, estimulando debates sobre racismo cotidiano na escola.

Harriet Tubman: Líder do movimento abolicionista nos EUA, libertou centenas de pessoas escravizadas por meio da *Underground Railroad*. Sua história pode ser trabalhada em projetos de história e cidadania como exemplo de educação para a liberdade, liderança e solidariedade.

Marielle Franco¹²: Nasceu em 1979, na favela da Maré, no Rio de Janeiro. Formada em Ciências Sociais pela PUC-Rio, construiu sua trajetória acadêmica e política como socióloga e defensora dos direitos humanos. Eleita vereadora pelo PSOL em 2016, Marielle se destacou por sua luta corajosa contra a violência policial e pelos direitos das mulheres negras, LGBTQIAPN+ e das comunidades periféricas, assinaturas que lhe renderam reconhecimento nacional e internacional. Educadora, Marielle usava sua voz para transformar o espaço público em sala de aula: denunciava violências e violações de direitos sociais, e se pautava na justiça social. Sua atuação (breve, mas marcante) oferece uma poderosa ferramenta pedagógi-



¹² Fonte: <https://www.politize.com.br/quem-foi-marielle-franco/>



ca para reflexões sobre interseccionalidade, ativismo e representatividade. Ela foi assassinada em 2018. Ao trazer sua história para o currículo, professores(as) podem fomentar debates críticos sobre democracia, gênero, raça e impactos do sistema punitivo sobre as populações periféricas.

Márcia Wayna Kambeba: Escritora, poeta e ativista indígena, sua obra valoriza saberes originários e cosmologias indígenas. Suas poesias podem ser lidas em atividades interdisciplinares, promovendo reflexões sobre território, diversidade cultural e decolonialidade.

Mary Winston Jackson: Matemática e engenheira aeroespacial da NASA, foi uma das protagonistas da história retratada em *Estrelas Além do Tempo*. Em aulas de matemática e ciências, sua trajetória pode inspirar meninas e jovens negras a seguirem carreiras em STEM.

Maya Angelou: Poeta e ativista estadunidense, sua autobiografia *I Know Why the Caged Bird Sings* (1970) se tornou referência de resiliência diante do racismo e da violência. Pode ser trabalhada em oficinas de escrita autobiográfica, incentivando estudantes a expressarem suas vivências e identidades.

Michelle Obama: Advogada e ex-primeira-dama dos EUA, em *Minha História* (2018) narra sua trajetória pessoal e política. Em atividades pedagógicas, pode ser inspiração em projetos de empoderamento juvenil, mostrando a importância da educação e da autoconfiança.



Nilma Lino Gomes: Educadora e ex-ministra da (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)), referência na implementação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira. Seu trabalho pode ser base para projetos pedagógicos que promovam educação antirracista e políticas de diversidade no espaço escolar.

Oprah Winfrey: Comunicadora e filantropa, criou clubes de leitura e fundações voltadas à educação. Em sala de aula, sua trajetória pode inspirar debates sobre mídia, poder cultural e impacto social de projetos educativos.



Sara Baartman: Jovem khoisan explorada sexual e racialmente na Europa do século XIX, tornou-se símbolo da objetificação do corpo negro feminino. Sua história pode ser usada em aulas de história e sociologia para discutir racismo científico, colonialismo e estereótipos.

Sister Rosetta Tharpe¹³: Musicista estadunidense, foi uma cantora, compositora e guitarrista, considerada por muitos estudiosos e músicos como a **“mãe do rock and roll”**. Nascida no Arkansas e criada em ambiente religioso, começou a cantar e a tocar guitarra ainda criança nas igrejas, misturando elementos do gospel com o

¹³ https://youtu.be/0eqbB8Wc61A?si=xVpb_e06ChejQ1Tc

blues e o swing. Essa fusão deu origem a um estilo inovador que influenciou diretamente nomes como Elvis Presley, Little Richard, Johnny Cash e Chuck Berry. Sua forma ousada de tocar guitarra elétrica, com riffs enérgicos e distorções, abriu caminho para o rock décadas antes de o gênero se consolidar. Além de sua genialidade musical, Rosetta Tharpe rompeu barreiras de gênero e raça em uma época marcada pela segregação racial e pelo machismo da indústria fonográfica. Foi uma mulher negra em destaque em palcos dominados por homens brancos, levando sua música para arenas lotadas na Europa e nos Estados Unidos. Para educadores(as), sua trajetória pode ser explorada em aulas de música, história e cultura para mostrar como mulheres negras foram protagonistas de movimentos artísticos globais, ainda que muitas vezes invisibilizadas pela história oficial. Trabalhar sua obra em sala de aula é uma oportunidade de discutir resistência, inovação cultural e o papel das mulheres negras na transformação da música contemporânea.



Zezé Motta¹⁴: Uma das artistas mais importantes do Brasil, com uma carreira que atravessa o cinema, a televisão, o teatro e a música. Como atriz, ganhou notoriedade ao protagonizar a cinebiografia “Xica da Silva” (1976), papel que marcou a história do cinema brasileiro ao retratar uma mulher negra escravizada que conquista espaços de poder em meio a uma sociedade colonial profundamente racista e patriarcal. Além do cinema, sua presença constante em novelas, séries e peças de teatro ajudou a romper estereótipos, consolidando-a como referência de representatividade negra na cultura nacional. Paralelamente à atuação, Zezé construiu também uma sólida carreira como cantora, lançando álbuns que se tornaram parte do repertório da música popular brasileira. Sua trajetória é marcada não apenas pelo talento artístico, mas também



Ministério da Cultura, CC BY 2.0,
via Wikimedia Commons

pelo ativismo: Zezé Motta sempre usou sua visibilidade para denunciar o racismo estrutural e defender mais espaço para artistas negros nas artes. Em sala de aula, sua obra pode ser trabalhada em projetos de cinema, teatro e música que discutam identidade, representatividade e resistência cultural, mostrando como a arte pode ser uma poderosa ferramenta de transformação social.

Esses são alguns exemplos de nomes que todo/a estudante deveria conhecer para aplicar em seu cotidiano as novas formas e produção de solidariedade. Portanto, reconhecer e incorporar as perspectivas femininas na educação, como prevê a Lei 14.986/2024, não é apenas um gesto de valorização simbólica, mas um compromisso concreto com a transformação social. Ao trazer para o centro do currículo as contri-

¹⁴ Fonte: <https://www.nexojornal.com.br/zeze-motta-uma-mulher-que-abriu-caminhos>

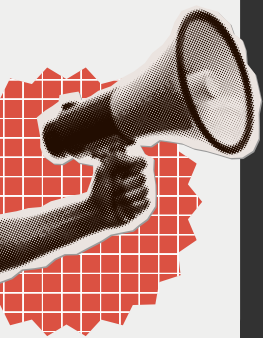
buições de mulheres que marcaram a história, a ciência, as artes, a política e os movimentos sociais, oferecemos às novas gerações referências plurais e potentes que rompem com estereótipos, inspiram o protagonismo e ampliam horizontes de possibilidades. Trata-se de afirmar que a educação deve ser um espaço de memória, resistência e emancipação, capaz de formar sujeitos críticos que reconheçam a diversidade como um valor essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

BENEFÍCIOS LIGADOS A ADOÇÃO DE ABORDAGENS FUNDAMENTADAS NAS EXPERIÊNCIAS E NAS PERSPECTIVAS FEMININAS

Adotar abordagens pedagógicas fundamentadas nas experiências e perspectivas femininas oferece às pessoas professoras, sobretudo da rede pública, a possibilidade de enriquecer suas práticas com olhares mais plurais e inclusivos. Ao incorporar narrativas de mulheres, em especial mulheres negras, indígenas e periféricas, docentes conseguem construir pontes entre o currículo formal e a realidade social de seus estudantes. Essa conexão amplia o repertório pedagógico e fortalece a legitimidade da escola como espaço de acolhimento de diferentes trajetórias de vida.

Além disso, trabalhar com referenciais femininos possibilita que professoras e professores desenvolvam maior sensibilidade para reconhecer desigualdades estruturais de gênero, raça e classe presentes no cotidiano escolar. Isso se traduz em práticas mais conscientes e críticas, que podem reduzir a reprodução de estereótipos e violências simbólicas em sala de aula. Para a rede pública, que atende majoritariamente estudantes em condições de vulnerabilidade social, essa perspectiva contribui para transformar o espaço escolar em território de resistência e promoção da equidade.

Por fim, há também benefícios diretos para a valorização profissional. Incorporar metodologias feministas e afrocentradas fortalece a imagem das pessoas docentes como agentes de transformação social, engajadas em práticas inovadoras e comprometidas com justiça social. Essa postura amplia as possibilidades de diálogo com famílias, comunidades e políticas públicas, consolidando a escola pública como espaço de formação cidadã e crítica, alinhada a uma educação democrática e emancipadora.



ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA TRABALHAR AS PERSPECTIVAS FEMININAS EM SALA DE AULA

Nessa parte do ebook focaremos em estratégias básicas para implementar em sala de aula. Se você é uma pessoa educadora experiente no tema de relações de gênero e feminismos, comece por aqui. Já se você for uma pessoa educadora com pouco repertório nos temas citados anteriormente, recomendamos a leitura dos capítulos anteriores.

EXEMPLOS DE CHECK LIST DE APOIO DA PESSOA EDUCADORA PARA IMPLEMENTAR ATIVIDADES A PARTIR DE SUA IDENTIDADE E EXPRESSÃO DE GÊNERO

Esse check-list busca um passo a passo básicos ligados a pessoas educadoras a partir de seu referencial de identidade de gênero. Sabemos que cada identidade e identificação é única, mas o intuito desse espaço não é essencializar, nem esgotar categorias, mas sim trazer mais pessoas aliadas na prática de adoção de currículos com abordagens e contribuições de mulheres. Por isso, o objetivo é reconhecer que cada posição social traz desafios e responsabilidades específicas na construção de uma pedagogia fundamentada em experiências e perspectivas femininas, direcionado a pessoas educadoras que trabalham com crianças do ensino fundamental e adolescentes do ensino médio. Convidamos vocês a utilizarem a roda de privilégios descritas na próxima seção como uma matriz de identificação pessoal, para incrementar e trazer mais elementos para esse check-list.



Não deixe somente para as pessoas educadoras negras falarem sobre racismo, nem pessoas educadoras que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+ para falar especialmente sobre orientação sexual. Falar sobre esses temas deve ser natural nos espaços de sala de aula, criando um ambiente de respeito mútuo.

Para isso, é essencial adotar estratégias práticas: utilizar linguagem inclusiva quando os estudantes se sentirem confortáveis e solicitarem; valorizar referências que expandam o imaginário social para além do binarismo homem-mulher cisgênero; trazer para a sala de aula produções de autores, artistas, cientistas, pensadores e lideranças não-binárias, trans e intersexo; revisar conteúdos que reforçam estereótipos de gênero; questionar práticas escolares excludentes, como a divisão binária em atividades; e propor metodologias que priorizem a pluralidade e o bem-estar coletivo. Dessa forma, o trabalho docente não apenas afirma a existência de estudantes LGBTQIAPN+ na escola, mas também amplia o horizonte pedagógico, oferecendo a todos(as/es) a possibilidade de imaginar e construir um mundo em que todas as identidades sejam respeitadas.



PRECISAMOS FALAR SOBRE OS DANOS A LONGO PRAZO CAUSADO PELO BULLYING EM SALA DE AULA¹⁵



Uma pesquisa nacional recente revelou dados preocupantes sobre o bullying enfrentado por estudantes LGBTQIAPN+ nas escolas brasileiras.

Principais Achados da Pesquisa

- » **Agressão Verbal:** Nove em cada dez estudantes adolescentes e jovens LGBTQIAPN+ afirmaram ter sido vítimas de algum tipo de agressão verbal em 2024.
- » **Insegurança:** 86% dos estudantes entrevistados se sentem inseguros na escola por alguma característica pessoal, como a aparência. Entre pessoas trans/travestis, esse número sobe para 93%.
- » **Violência Física:** 34% dos entrevistados foram vítimas de violência física em 2024, com expressão de gênero (20%), orientação sexual (20%) e aparência (19%) sendo os fatores mais mencionados como gatilhos.
- » **Assédio Sexual:** 4% dos estudantes LGBTQIAPN+ já sofreram assédio sexual no ambiente educacional, sendo que 5% sofreram de forma recorrente.
- » **Agressores:** As agressões são praticadas, em sua maioria, por estudantes (97%), mas também por docentes e educadores (34%), membros da gestão ou da diretoria da escola (16%) e outros profissionais da unidade de ensino (10%).
- » **Falta de Apoio:** Após sofrerem as agressões, 31% dos estudantes procuraram a escola, mas 69% relatam que nenhuma providência foi tomada. Entre aqueles que relataram alguma ação, 86% avaliaram as medidas como pouco ou nada eficazes.
- » **Saúde Mental:** 94% dos entrevistados LGBTQIAPN+ se sentiram deprimidos no mês anterior à pesquisa, com 88% afirmando ter vivenciado esse sentimento duas vezes ou mais no período.
- » **Evasão Escolar:** 47% dos estudantes LGBTQIAPN+ faltaram pelo menos um dia à instituição de ensino no mês anterior à pesquisa por se sentirem inseguros na escola ou no caminho até a instituição. Entre estudantes trans, esse número sobe para 57%.

Impacto da Violência Escolar

A violência no ambiente escolar tem um impacto significativo na saúde mental e no bem-estar dos estudantes LGBTQIAPN+, levando a quadros de depressão, an-

¹⁵ Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-04/nove-em-cada-dez-estudantes-lgbti-sofreram-agressao-verbal-na-escola>



siedade e evasão escolar. É crucial que as escolas promovam espaços de diálogo e sensibilização para combater o bullying e a discriminação.

MEDIDAS PARA COMBATER A DISCRIMINAÇÃO E PROMOVER A INCLUSÃO

Para enfrentar os desafios no combate à discriminação sofrida pelos estudantes **LGBTQIAPN+**, é necessário adotar políticas públicas e práticas escolares que promovam a inclusão e o respeito à diversidade.

Sugestões para Escolas

- 1. Espaços de Diálogo e Sensibilização:** Promova palestras e rodas de conversa sobre diversidade de gênero e sexualidade.
- 2. Fortalecimento de Vínculos:** Incentive o fortalecimento de vínculos entre estudantes e a escola, garantindo ambientes mais seguros e acolhedores.
- 3. Apoio às Vítimas:** Ofereça apoio psicológico e social aos estudantes que sofrem bullying e discriminação.
- 4. Formação de Educadores:** Capacite os educadores para lidar com questões de gênero e sexualidade de forma inclusiva e respeitosa.
- 5. Revisão de Currículos:** Revise os currículos escolares para incluir conteúdos que abordem a diversidade de gênero e sexualidade de forma positiva e informativa.
- 6. Canais de Denúncia:** Crie canais de denúncia seguros e confidenciais para que os estudantes possam relatar casos de bullying e discriminação.

Ao implementar essas medidas, as escolas podem criar um ambiente mais seguro, acolhedor e inclusivo para todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.



1. SE A PESSOA EDUCADORA IDENTIFICA-SE COMO MULHER EM TODA A SUA DIVERSIDADE

Reconhecemos que o termo *mulher*, em toda a sua diversidade, é amplo e atravessado por múltiplas especificidades. No entanto, para mulheres educadoras, a adoção de uma perspectiva feminista interseccional implica valorizar e reconhecer as próprias experiências, ao mesmo tempo em que fortalece a construção de redes de apoio. Assim, este material pode ser utilizado como um espaço de suporte e validação de princípios, mais do que como um conjunto fixo de orientações ou diretrizes únicas.

1.1 Validar Sua Própria Experiência:

- Reconhecer que sua trajetória de vida também é conhecimento pedagógico.
- Compartilhar suas experiências e perspectivas com os alunos, mostrando que a vivência pessoal é uma fonte valiosa de aprendizado.
- Incentivar outras mulheres a fazerem o mesmo, criando um ambiente de confiança e apoio mútuo.



1.2 Fortalecer a Autoestima Profissional:

- Romper com a ideia de que a docência feminina deve ser marcada apenas pelo cuidado e pela doação.
- Valorizar suas habilidades e conhecimentos, reconhecendo o impacto positivo de seu trabalho na vida dos alunos.
- Buscar oportunidades de desenvolvimento profissional e crescimento na carreira.

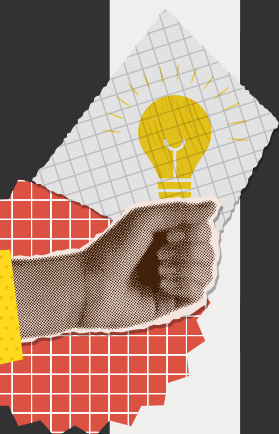
1.3 Valorizar Redes de Apoio:

- Construir alianças com outras professoras para enfrentar práticas machistas ou deslegitimadoras.
- Participar de grupos de discussão e troca de experiências, compartilhando desafios e estratégias para superá-los.
- Oferecer apoio e mentoria a outras mulheres na área da educação.

1.4 Inserir Exemplos de Resistência Feminina em toda a sua diversidade:

- Trazer histórias de mulheres negras, indígenas, periféricas e LGBTQIA+ como inspiração.
- Destacar a importância da luta pelos direitos das mulheres e da igualdade de gênero.
- Incentivar os alunos a pesquisarem e compartilharem histórias de mulheres que fizeram a diferença em suas comunidades.





EXEMPLO PRÁTICO:

- Desenvolver projetos de leitura ou pesquisa em que alunas investiguem trajetórias de mulheres de suas comunidades.
- Organizar palestras e debates com mulheres que atuam em diferentes áreas, mostrando a diversidade de experiências e perspectivas femininas.
- Criar um espaço para que as alunas compartilhem suas próprias histórias e experiências, fortalecendo a autoestima e a confiança.

2. SE A PESSOA EDUCADORA IDENTIFICA-SE ENQUANTO PESSOA NÃO-BINÁRIA OU GÊNERO FLUIDO.

Para educadores que se reconhecem como não-binários ou de gênero fluido, a implementação de uma perspectiva feminista interseccional ultrapassa a mera presença em sala de aula: ela se torna em si uma prática pedagógica de ruptura e de afirmação política. A vivência de gênero não-binária carrega o potencial de tensionar normas arraigadas e naturalizadas que estruturam a escola como espaço historicamente marcado pela cis-heteronormatividade. Nesse sentido, a própria identidade docente já abre caminho para estudantes enxergarem múltiplas formas de existir e de aprender.



Essa abordagem envolve, em primeiro lugar, **afirmar e legitimar a identidade própria** e também desconstruir pré conceitos de estudantes que, por vezes, pouco tiveram o acesso a conhecer e conversar com professores fora da matriz binária de identidade de gênero.

2.1 Validar Sua Própria Experiência:

- Reconhecer que sua trajetória de vida também é conhecimento pedagógico.
- Compartilhar suas experiências e perspectivas com os alunos, mostrando que a vivência pessoal é uma fonte valiosa de aprendizado.

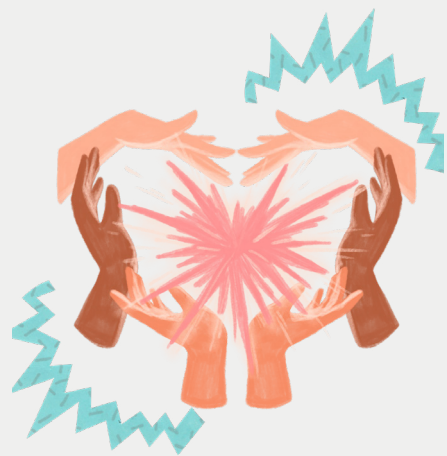
2.2 Fortalecer a Autoestima Profissional:

- Romper com a ideia de que a docência deve ser marcada apenas por um perfil de pessoa educadora padrão, que muitas vezes reproduzem desigualdades em salas de aula.
- Valorizar suas habilidades e conhecimentos, reconhecendo o impacto positivo de seu trabalho na vida dos alunos.



2.3 Valorizar Redes de Apoio:

- Construir alianças com outras pessoas educadoras, dentro e fora da escola para enfrentar práticas discriminatórias.
- Participar de grupos de discussão e troca de experiências, compartilhando desafios e estratégias para superá-los.
- Oferecer apoio e mentoria a outras mulheres na área da educação.
- Busque uma rede de suporte e alianças para estar bem nos ambientes escolares.
- Sabemos que se para os estudantes o ambiente escolar é nocivo e reproduz violências, isso irá perpassar também em outros ambientes. Busque pessoas de confiança e rede de suporte, dentro e fora da escola.

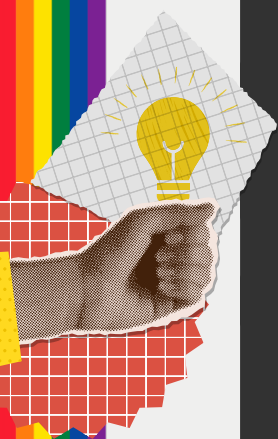


2.4 Afirmar Sua Presença

- Legitimar sua identidade em sala de aula como um espaço de troca entre os estudantes.
- Compartilhe sua experiência com os estudantes, mostrando que existem diferentes formas de vivenciar o gênero.
- Crie um ambiente seguro e responsivo para que outros alunos possam se sentir à vontade para esclarecer as suas dúvidas.

EXEMPLO PRÁTICO:

- Organizar rodas de conversa sobre diversidade, convidando estudantes a refletirem sobre respeito às diferenças.
- Promover atividades que incentivem a empatia e a compreensão das experiências de outras pessoas.
- Criar um espaço para que os alunos compartilhem suas próprias histórias e experiências, fortalecendo a autoestima e a confiança.



3. SE A PESSOA EDUCADORA FOR HOMEM CISGÊNERO

Para educadores que se identificam como homens cisgêneros, a implementação de uma perspectiva feminista interseccional envolve um processo de autoconsciência e desconstrução de privilégios.

3.1 Reconhecer Privilégios:

- Mapear como o gênero e a raça podem conferir maior autoridade social em sala de aula.
- Refletir sobre como esses privilégios podem influenciar a dinâmica da sala de aula e as interações com os alunos.
- Estar ciente de como a percepção de autoridade pode impactar a participação e a confiança das alunas.

3.2 Escutar Mais, Falar Menos:

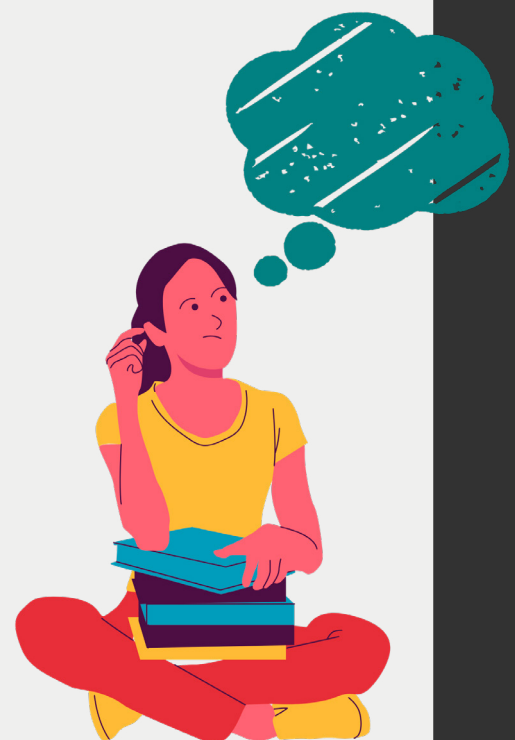
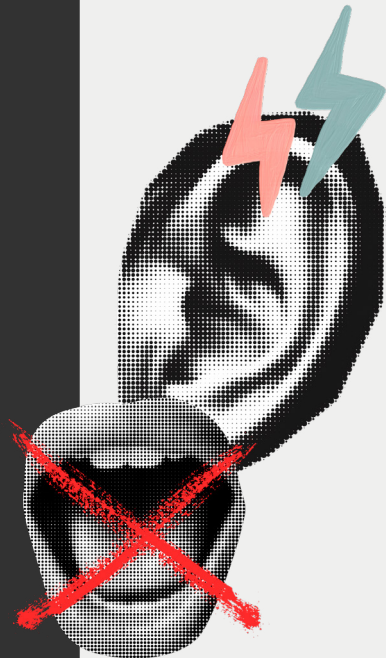
- Criar espaços seguros para que as vozes femininas sejam ouvidas e valorizadas.
- Incentivar a participação ativa das alunas em discussões e atividades.
- Dar voz a colegas, autoras e mães da comunidade, integrando suas perspectivas ao currículo.

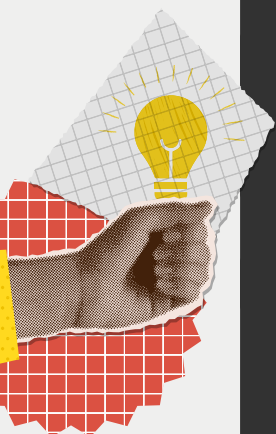
3.3 Referenciar Mulheres:

- Incluir autoras, intelectuais e lideranças femininas como fontes de conteúdo.
- Diversificar as referências bibliográficas e os materiais didáticos, garantindo a representatividade feminina.
- Apresentar exemplos de mulheres que fizeram contribuições significativas em diversas áreas do conhecimento.

3.4 Praticar Autocorreção:

- Revisar constantemente atitudes e expressões que podem reforçar estereótipos ou silenciar estudantes.
- Estar atento a microagressões e comportamentos que possam desvalorizar as experiências femininas.
- Buscar feedback de colegas e alunos para identificar áreas de melhoria e promover um ambiente mais inclusivo.





EXEMPLO PRÁTICO:

- Criar atividades em que meninas liderem debates ou projetos, garantindo que sua fala não seja interrompida.
- Implementar dinâmicas que promovam a igualdade de participação e a valorização das contribuições femininas.
- Monitorar ativamente as interações em sala de aula para identificar e corrigir comportamentos que possam prejudicar a participação das alunas.

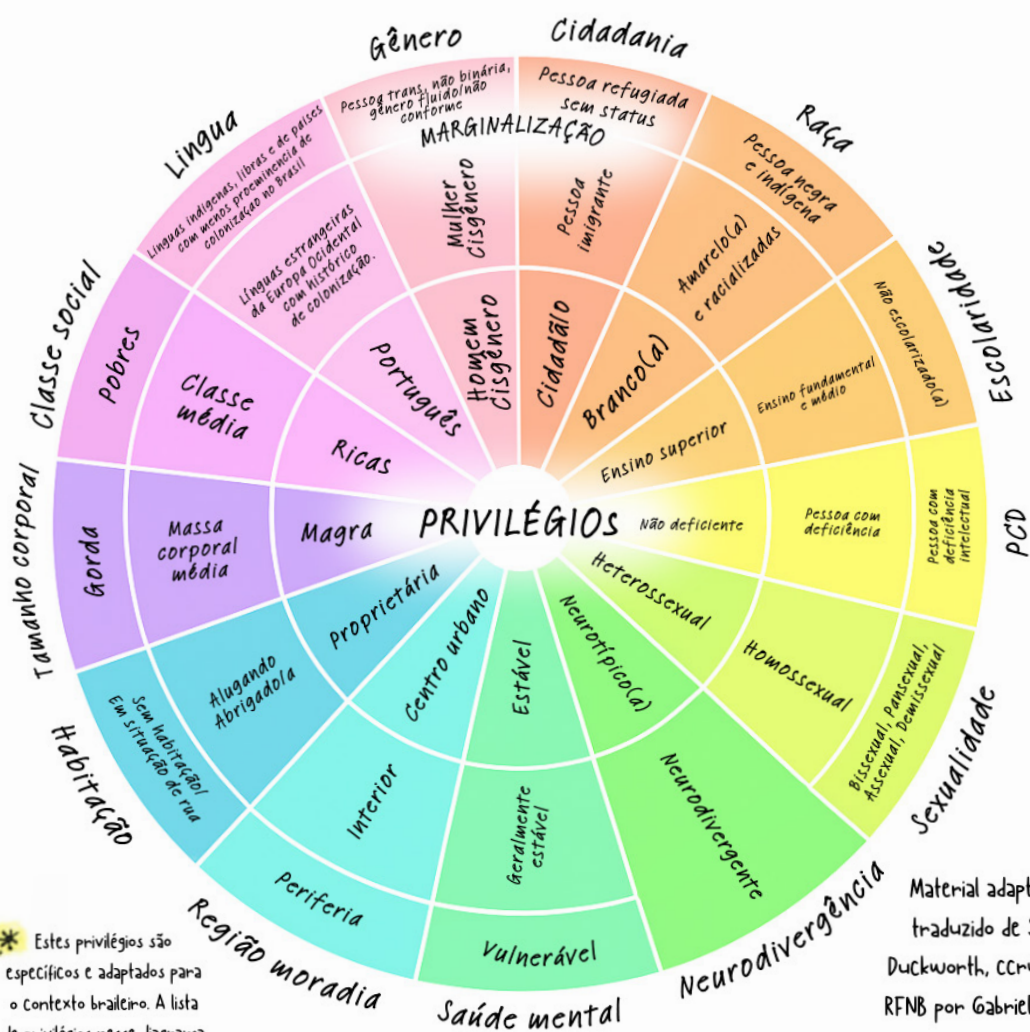
CONHEÇA A RODA DE PRIVILÉGIOS E MARGINALIZAÇÃO DE SYLVIA DUCKWORTH

Ao relacionarmos a Roda de Privilégios e Marginalização com o check-list proposto para educadores homens, mulheres e pessoas não-binárias, percebemos que esse recurso visual pode servir como ponto de partida para uma **autoanálise crítica das posições sociais** ocupadas por cada pessoa educadora. Reconhecer os lugares de privilégio e de marginalização não significa apenas situar-se individualmente, mas compreender como esses marcadores atravessam as relações em sala de aula e influenciam a prática pedagógica. Dessa forma, a Roda atua como instrumento de reflexão ética e política, ajudando professoras e professores a assumir responsabilidades distintas: homens no exercício da escuta e do descentramento, mulheres na valorização de suas experiências e fortalecimento coletivo, e pessoas não-binárias na afirmação de identidades dissidentes e na promoção ativa da diversidade de gênero. Assim, a ferramenta deixa de ser um diagnóstico estático e se torna um **guia vivo para reorientar posturas, escolhas pedagógicas e relações de poder no cotidiano escolar**.

A Roda de Privilégios e Marginalização, idealizada pela educadora e designer canadense Sylvia Duckworth, organiza 13 marcadores sociais (como raça, gênero, classe, deficiência, orientação sexual entre outros) nos eixos de privilégio (no centro) e marginalização (na borda). Já adotado em alguns países e recomendado por instituições como o Centro de Pesquisa em Saúde do Canadá, esse recurso visual convida cada pessoa a identificar seu posicionamento em cada categoria e a entender como esses marcadores se cruzam, gerando vantagens ou desvantagens no dia a dia. Sua apresentação nítida e acolhedora torna o conteúdo acessível, facilitando a compreensão do impacto de cada dimensão na vivência de diferentes grupos.



RODA DE PRIVILÉGIOS*



A roda funciona como um mapa visual: na parte interna, constam aspectos que conferem vantagens (por exemplo, "ser cisgênero" ou "ter casa própria"); na externa, aparecem as situações de vulnerabilidade correspondentes ("ser trans" ou "viver em situação de rua"). Em sala de aula, os alunos podem assinalar onde se reconhecem em cada um dos 13 campos e, em seguida, compartilhar em pequenos grupos como esses cruzamentos moldam suas oportunidades e desafios cotidianos. Esse exercício estimula empatia e a autoconsciência, mostrando que ninguém vive apenas em um lugar fácil ou difícil, mas numa combinação única de experiências. Ainda, a Roda pode ser utilizada como instrumento para que os estudantes percebam a vida de pessoas e personagens reais ou ligados a ficção que são abordados como exemplos no cotidiano escolar, para ampliar suas percepções de repertórios e análises críticas sobre o assunto. Abaixo mostramos o documento que pode ser utilizado em diferentes contextos:

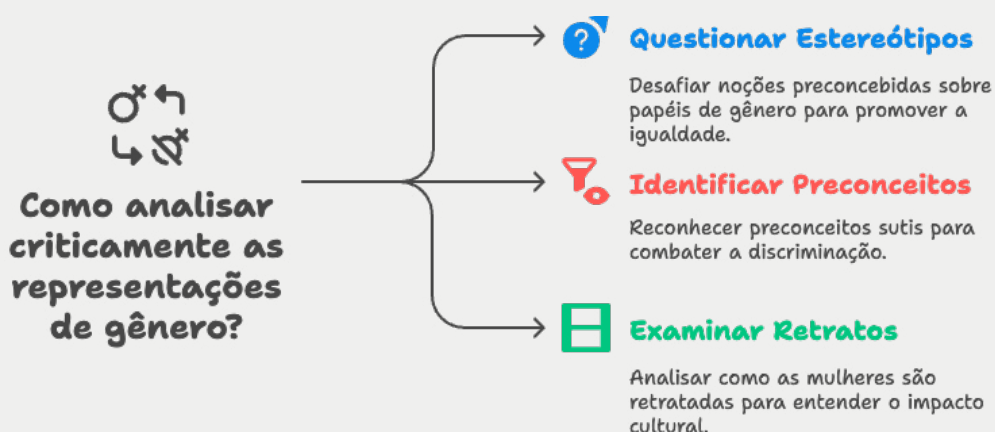
ESTRATÉGIAS COTIDIANAS QUE PODEM COLABORAR NA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS

Ainda, sugerimos as seguintes estratégias que podem ser incluídas para capacitar estudantes e a comunidade acadêmica a desenvolverem um pensamento crítico e uma compreensão abrangente do mundo.

1. Formação continuada de professores: Para implementar efetivamente estratégias pedagógicas que integrem perspectivas femininas, é essencial que os professores recebam formação continuada sobre questões de gênero, pedagogia feminista e abordagens interseccionais. Essa formação deve fornecer aos professores o conhecimento, as habilidades e as ferramentas necessárias para criar um ambiente de sala de aula mais inclusivo e equitativo. Ao investir na formação de professores, as escolas podem garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender e crescer em um ambiente que valorize a diversidade e promova a igualdade de gênero.

2. Ampliação do currículo com autoras e temas femininos a partir de análises inclusivas de gênero: Uma das maneiras mais diretas de integrar perspectivas femininas é expandir o currículo para incluir obras de autoras, artistas, cientistas e líderes femininas. Isso pode ser feito em diversas disciplinas, desde literatura e história até ciências e matemática. Ao apresentar exemplos de mulheres que fizeram contribuições significativas em suas áreas, os alunos podem desenvolver uma compreensão mais completa do papel das mulheres na sociedade e na história. É fundamental analisar criticamente as representações de gênero em materiais didáticos, mídia e cultura popular. Isso envolve questionar estereótipos de gênero, identificar preconceitos e examinar como as mulheres são retratadas em diferentes contextos. Ao desenvolver habilidades de análise crítica, os alunos podem se tornar mais conscientes das mensagens sutis que perpetuam desigualdades de gênero e aprender a desafiá-las.

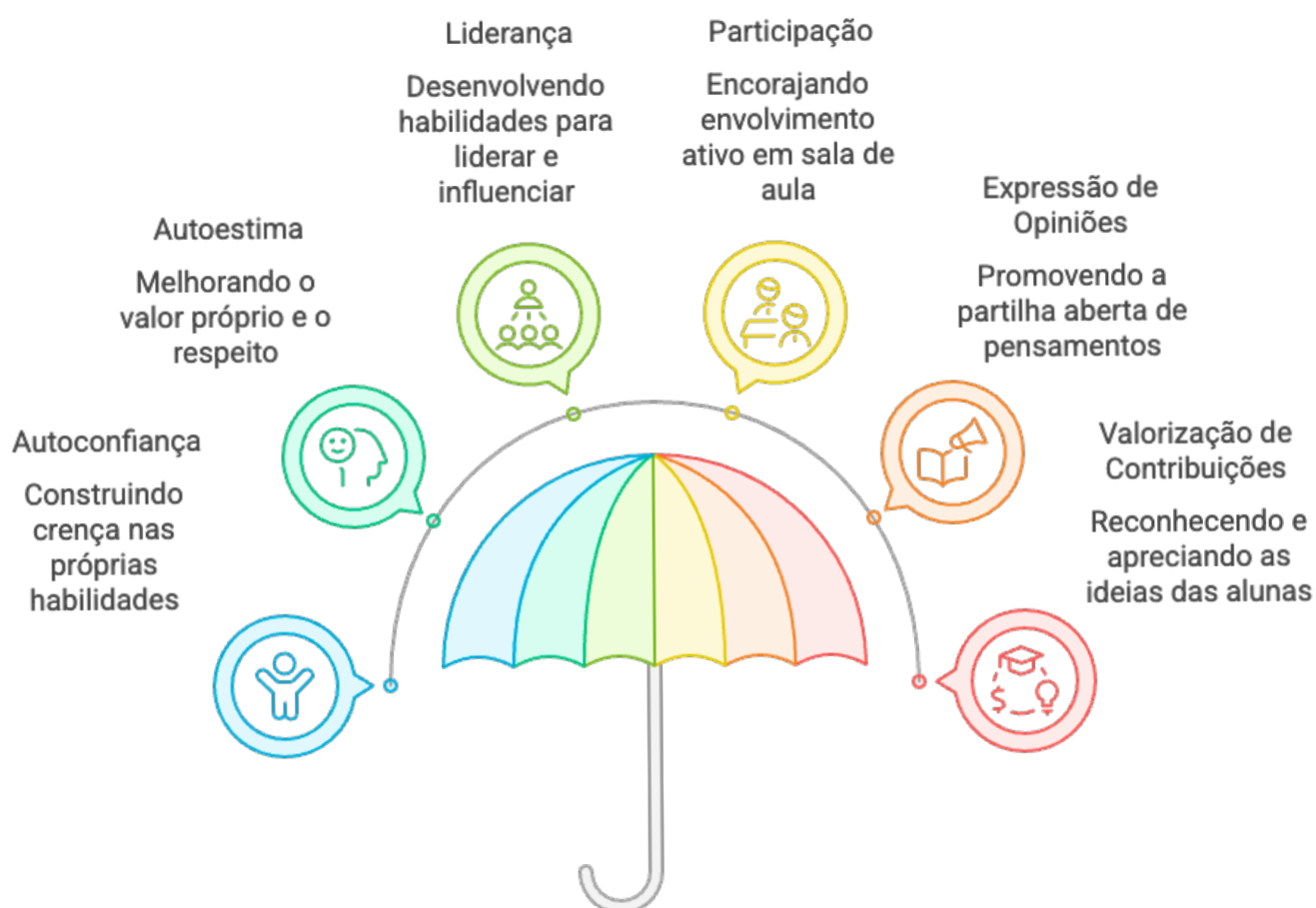
É importante incentivar os alunos a refletirem sobre suas próprias identidades e papéis de gênero. Isso pode ser feito por meio de atividades de escrita reflexiva, discussões em grupo e projetos de pesquisa. Ao explorar suas próprias experiências e crenças, os alunos podem desenvolver uma compreensão mais profunda de como o gênero molda suas vidas e as vidas dos outros.



Metodologias ativas e participativas, como debates, estudos de caso, projetos de pesquisa e dramatizações, podem ser particularmente eficazes para envolver os alunos na exploração de questões de gênero. Essas abordagens permitem que os alunos aprendam uns com os outros, desenvolvam habilidades de pensamento crítico e apliquem seus conhecimentos a situações do mundo real. Ao promover a participação ativa, os professores podem criar um ambiente de aprendizado mais dinâmico e inclusivo.

3. Empoderamento das alunas em toda a sua diversidade: É fundamental criar um ambiente de sala de aula que empodere as alunas a desenvolverem sua autoconfiança, autoestima e liderança. Isso pode ser feito por meio de atividades que promovam a participação das alunas, incentivem a expressão de suas opiniões e valorizem suas contribuições. Ao empoderar as alunas, professores podem ajudá-las a superar barreiras de gênero e a alcançar seu pleno potencial.

Empoderando Alunas na Educação



4. Promoção de Discussões Abertas e Respeitosas: Criar um ambiente de sala de aula seguro e acolhedor é essencial para promover discussões abertas e respeitosas sobre questões de gênero. Os professores devem incentivar os alunos a compartilhar suas opiniões e experiências, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas. Ao abordar temas sensíveis com empatia e respeito, os alunos podem desenvolver uma compreensão mais profunda das diferentes perspectivas e construir relacionamentos mais saudáveis.



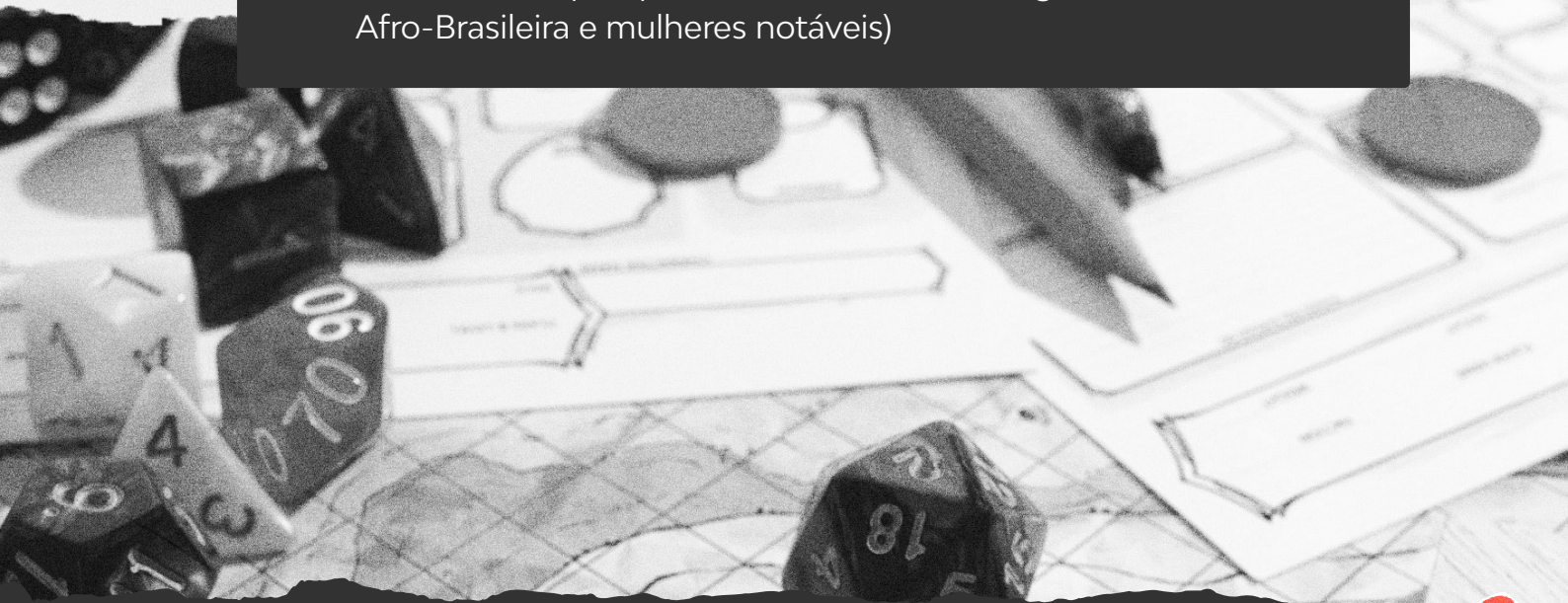
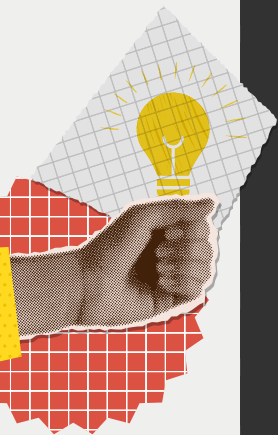
POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE JOGO AFROCENTRADO DE “MULHERES NA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA”

Proposta pela professora Isabella Vidal

Proposta: criação de um jogo de tabuleiro com um quiz sobre Literatura Afrobrasileira, conectando-o à Lei 14.986 e valorizando as perspectivas femininas.

PASSO A PASSO PARA CRIAR UM JOGO DE TABULEIRO “MULHERES NA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA”.

- » **Objetivo:** Desenvolver um jogo de tabuleiro interativo com quiz sobre Literatura Afro-Brasileira, destacando as contribuições, vivências e conquistas femininas em diversas áreas, em consonância com a Lei 14.986.
- » **Público-alvo:** Alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.
- » **Materiais Necessários:**
 - Cartolinas, papelão ou papel A3 para o tabuleiro
 - Canetas coloridas, lápis de cor, tintas
 - Tesoura, cola
 - Dados (pode ser um dado feito de papel)
 - Peões (pode ser tampinhas de garrafa, botões, ou peões feitos de papel)
 - Fichas ou cartões para as perguntas do quiz
 - Folhas de papel para rascunho
 - Materiais de pesquisa (livros, internet, artigos sobre Literatura Afro-Brasileira e mulheres notáveis)



ETAPA 1: PLANEJAMENTO E PESQUISA (1 A 2 AULAS/ENCONTROS)

1. Reunião Inicial (Professores):

Discutir a fundo a Lei 14.986, seus objetivos e como ela se conecta com a Literatura Afro-Brasileira e as perspectivas femininas; definir quais autoras afro-brasileiras serão priorizadas; quais períodos históricos; quais aspectos (história, ciência, arte, cultura, política) serão abordados em relação às contribuições femininas, e adequar a complexidade do conteúdo à faixa etária dos alunos.



2. Pesquisa Orientada (Alunos com supervisão do professor):



Pesquisar sobre escritoras afro-brasileiras, suas obras, temas abordados e relevância. Exemplos: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis, Geni Guimarães, Ana Maria Gonçalves, Cidinha da Silva, etc.

- » **Conexões Multidisciplinares:** Para cada autora ou obra, buscar informações sobre:
 - » **Contexto Histórico:** Em que período viveram? Quais eventos históricos as influenciaram ou foram influenciados por elas? (Ex: Abolição da Escravatura, Ditadura Militar, movimentos sociais).
- » **Contribuições Artísticas/Culturais:** Além da literatura, tiveram impacto em outras artes (música, teatro, dança, artes visuais)?
- » **Impacto Social/Político:** Como suas obras ou vidas contribuíram para discussões sobre racismo, machismo, desigualdade social, direitos humanos?
- » **Ciência (quando aplicável):** Existem mulheres negras que foram cientistas e que influenciaram ou foram influenciadas por esses contextos literários? (Ex: Nísia Floresta, que, embora branca, é um marco no feminismo brasileiro e pode ser um ponto de partida para discussões sobre a intersecção de lutas).
- » **Coleta de Informações:** Os alunos devem registrar os principais dados: nome da autora, obra, um trecho marcante, curiosidades, sua contribuição em diferentes áreas.

ETAPA 2: CRIAÇÃO DO TABULEIRO E DAS REGRAS (2 A 3 AULAS/ENCONTROS)

1. Design do Tabuleiro:

- » **Formato:** Pode ser linear (caminho único), circular, ou com ramificações. Sugere-se um caminho que represente uma "jornada do conhecimento".
- » **Casas Especiais:**
 - **Casa de Início/Fim:** "Partida da Consciência", "Chegada da Sabedoria".
 - **Casas de Perguntas:** A maioria das casas deve ser para perguntas do quiz.



» Casas Bônus/Desafio:

- "Encontro com a Ancestralidade": Avança 2 casas.
- "Voz da Resiliência": Jogue o dado novamente.
- "Desafio da Escrita": O jogador deve escrever uma frase inspirada em uma autora.
- "Conexão Artística": O jogador deve citar uma obra de arte (música, pintura) que se relacione com o tema.



» Casas de Retrocesso:

- "Obstáculo da Invisibilidade": Volte 2 casas.
- "Silenciamento": Perde uma rodada.
- "Desinformação": Responda mais uma pergunta para continuar.



- » **Estética:** O tabuleiro pode ter ilustrações de elementos da cultura afro-brasileira, retratos de autoras, citações.

2. Elaboração das Regras:

- » **Objetivo do Jogo:** Ser o primeiro a chegar ao final do tabuleiro, respondendo corretamente às perguntas.
- » **Número de Jogadores:** 2 a 4 jogadores ou equipes.
- » **Como Jogar:** Jogar o dado, avançar as casas. Ao cair em uma casa de perguntas, outro jogador lê a pergunta.
- » **Pontuação/Vantagens:** O que acontece ao acertar? (Avança, ganha um "cartão de conhecimento" que pode ser trocado por uma ajuda, etc.). O que acontece ao errar? (Fica parado, volta às casas, perde a vez).
- » **Recursos Adicionais:** Pode-se criar "cartões de ajuda" (Ex: "Ajuda da Comunidade" — pode pedir ajuda a outro jogador uma vez por jogo; "Consulta Rápida" — pode consultar o material de pesquisa por 15 segundos).

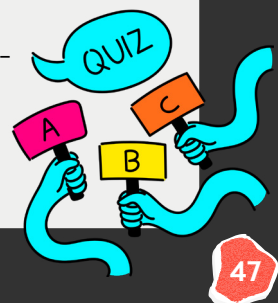


ETAPA 3: CRIAÇÃO DAS PERGUNTAS DO QUIZ (3 A 4 AULAS/ENCONTROS)

1. Categorização das Perguntas:

Para garantir a abrangência da Lei 14.986, as perguntas podem ser divididas em categorias:

- » **Literatura:** Obras, personagens, temas literários, estilos.



- » **História e Sociedade:** Contexto histórico das autoras, movimentos sociais, impacto de suas obras na sociedade.
- » **Artes e Cultura:** Conexões com outras formas de arte (música, teatro, dança, artes plásticas), manifestações culturais.
- » **Ciência e Conhecimento:** Contribuições de mulheres negras para o conhecimento (seja formalmente cientistas ou através de saberes populares e práticos).
- » **Biografias:** Fatos da vida das autoras, curiosidades.



2. Formato das Perguntas:

- » **Múltipla Escolha:** 3 ou 4 opções, sendo uma correta.
- » **Verdadeiro ou Falso:** Afirmações para serem julgadas.
- » **Respostas Curtas:** Perguntas abertas que exigem uma resposta específica.
- » **"Quem sou eu?":** Descrição de uma autora para os jogadores adivinharem.
- » **"Complete a frase":** Trechos de obras para completar.



3. Elaboração das Perguntas (com base na pesquisa da Etapa 1):

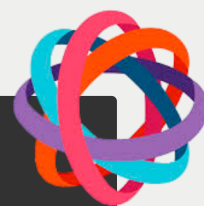
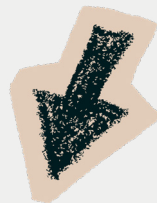
Cada aluno ou grupo de alunos pode ser responsável por criar um número par de perguntas, cobrindo diferentes categorias.

» Exemplos de Perguntas (Nível Ensino Fundamental II/Médio):

- **Literatura:** Qual a principal obra de Carolina Maria de Jesus, que narra seu cotidiano na favela? (Quarto de Despejo)
- **História e Sociedade:** Qual o movimento social que a obra de Conceição Evaristo mais se conecta, ao dar voz às experiências de mulheres negras? (Movimento Feminista Negro, Movimento Negro)
- **Artes e Cultura:** Qual a importância da oralidade na obra de muitas escritoras afro-brasileiras, conectando-as à tradição dos contadores de história? (Transmissão de saberes, valorização da cultura ancestral)
- **Biografias:** Qual escritora afro-brasileira do século XIX é considerada a primeira romancista brasileira e também foi professora e abolicionista? (Maria Firmina dos Reis)



PLANOS DE AULA GRATUITOS PARA ABORDAR O TEMA DE MANEIRA INCLUSIVA ATRAVÉS DO SITE GÊNERO E EDUCAÇÃO:



O LETRA RECOMENDA!

Descubra um acervo rico e acessível de planos de aula que promovem a igualdade de gênero através do site [Gênero e Educação](#). O site integra as ações do projeto Gênero na Escola, realizado pela Ação Educativa com apoio do Fundo Malala, com o propósito de promover o direito à educação para a igualdade de gênero, raça e sexualidade como eixo estruturante da democracia, da qualidade educacional. É condição fundamental para o reconhecimento pleno dos direitos das mulheres, da população LGBTI e da população negra e indígena no Brasil.

O acervo oferece gratuitamente um banco colaborativo de materiais pedagógicos produzidos por docentes, pesquisadoras(es) e coletivos de todo o Brasil, cobrindo da Educação Infantil ao Ensino Médio. Cada recurso (seja sequência didática, plano de aula ou projeto interdisciplinar) pode ser baixado em PDF e adaptado livremente à sua realidade escolar. Inspire-se em propostas interativas e atualizadas para transformar suas aulas.



CHECK-LIST DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DAS PRÁTICAS IMPLEMENTADAS



Este check-list propõe um apoio para as pessoas educadoras promoverem a inclusão, diversidade e equidade. O checklist abrange diferentes aspectos, desde o currículo e conteúdo até o ambiente escolar, formação de educadores e resultados alcançados. O objetivo é fornecer um guia prático para identificar áreas de melhoria e garantir que as práticas implementadas estejam efetivamente contribuindo para um ambiente mais justo e acolhedor para todos os estudantes.

1. CURRÍCULO E CONTEÚDO

» Inclusão de Diversidade:

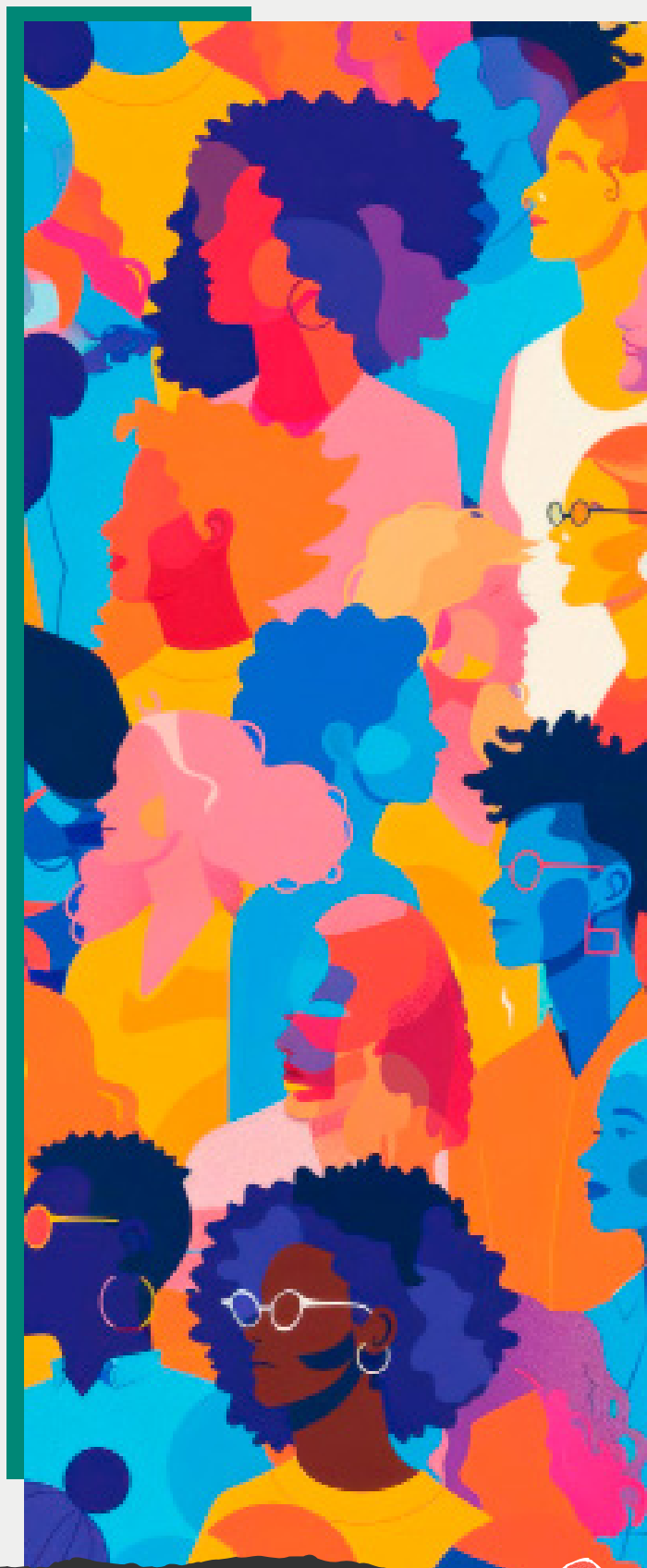
- O currículo inclui autoras, cientistas, artistas e lideranças femininas em sua pluralidade (negras, indígenas, periféricas, LGBTQIAPN+, com deficiência)?

» Análise Crítica de Conteúdo:

- Os conteúdos são analisados criticamente, evitando reforçar estereótipos de gênero, raça e classe?

» Diversidade de Referências:

- Há diversidade de referências culturais, históricas e territoriais, refletindo diferentes regiões e contextos sociais do Brasil?





2. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

» Metodologias Ativas:

- São utilizadas metodologias ativas (debates, rodas de conversa, estudos de caso) que favorecem a participação de todos/as/es estudantes?

» Questionamento de Práticas Excludentes:

- Foram questionadas práticas excludentes (como divisão binária em atividades ou invisibilização de experiências)?

» Linguagem Inclusiva:

- A linguagem inclusiva é adotada quando os estudantes se sentem confortáveis e solicitam?

3. AMBIENTE ESCOLAR

» Segurança Percebida:

- O espaço da sala de aula é percebido como seguro por estudantes LGBT-QIAPN+, negros/as e indígenas?

» Canais de Denúncia e Acolhimento:

- Há canais de denúncia e acolhimento para situações de bullying, racismo e sexismo?

» Promoção de Vínculos e Pertencimento:

- A escola promove atividades que reforçam vínculos e pertencimento de estudantes marginalizados?

4. FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

» Formação Continuada:

- Os/as educadores/as participaram de formações continuadas sobre interseccionalidade, gênero e relações étnico-raciais?

» Revisão Coletiva de Material Didático:

- A equipe docente revisa coletivamente o material didático sob a ótica da [Lei 14.986/2024](#)?

» Convite a Lideranças e Especialistas:

- Foram convidadas lideranças ou especialistas da comunidade (mulheres negras, indígenas, trans, etc.) para enriquecer o processo pedagógico?





5. RESULTADOS E IMPACTO

» Reconhecimento da Diversidade:

- Os/as estudantes demonstram maior reconhecimento da diversidade em suas produções (trabalhos, falas, projetos)?

» Redução de Casos de Exclusão:

- Houve redução de casos de exclusão, bullying ou evasão escolar relatados por grupos vulnerabilizados?

» Inspiração de Novas Ações:

- As práticas implementadas inspiraram novas ações (projetos interdisciplinares, semanas temáticas, rodas de diálogo)?

» Registro e Documentação:

- Existem registros/documentações das práticas para garantir continuidade e aperfeiçoamento no futuro?



REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANTOFÁGICA. Maria Firmina dos Reis, a PRIMEIRA romancista brasileira | Úrsula (Parte 01) [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: <https://youtu.be/7MIL4kyvO0U?si=t1TtN51HTg58ZF0M>. Acesso em: 28 mai. 2025.

AZMINA. "O que é interseccionalidade? | Com Karina Vieira" [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: <https://youtu.be/wlghuxsdydc?si=iqsdr5pnrg0VIPYU>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL DE FATO. "NÓS, MUJERES I Entrevista com Geni Guimarães" [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: <https://youtu.be/8FBv8jGSPdc?si=Y2cayJ3A0gDhZUvJ>. Acesso em: 28 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 jan. 2003. Inclui no currículo oficial da educação básica a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 14.986, de 2024. Dispõe sobre a equidade de gênero nas escolas. Diário Oficial da União, Brasília, 2024.

CANAL GNT. "Pedagogia da desobediência | Vidas LGBTQIAP+ | Saia Justa" [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: https://youtu.be/TK_M2fcMpJE?si=ZvzaeNX-DmRZ_uJX. Acesso em: 10 jun. 2025.

CANAL GNT. "PRETUGUÊS: a africanização da língua portuguesa brasileira | O Enigma da Energia Escura" [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: <https://youtu.be/v7ZC429ONME?si=dzc4xhQiB4REA-dZi>. Acesso em: 10 jun. 2025.

COLETÂNEA. "Sister Rosetta Tharpe e sua influência na música (A história não contada da música)" [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: <https://youtu.be/hoes7VKSoou>. Acesso em: 28 mai. 2025.

COLABORA – Jornalismo Sustentável. "Entrevista: Uruba Pataxó e Sônia Guajajara | Lute como uma mulher indígena" [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: <https://youtu.be/UcM2oayUXqs?si=dK6eT-DpGvefa5aCJ>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CRESP. SGBAplus 21fev FR [documento eletrônico]. Disponível em: https://cresp.ca/sites/cresp/files/media/document/JRooney_SGBAplus_21fev_FR.pdf. Acesso em: 28 mai. 2025.

ENFRENTA. "Empreendedorismo na periferia é sobrevivência | Monique Evelle" [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: https://youtu.be/4DuZ-f0xun8?si=egdbU_1Ncxhr4itA. Acesso em: 10 jun. 2025.

EX LIBRIS HYALLE. "#alcateia Quem foi Audre Lorde | Hyalle Jaynne" [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: <https://youtu.be/Q7XG9glX6ps?si=ML7eyQlq2IB9u7f2>. Acesso em: 28 mai. 2025.

FUNDO BRASIL. "Rede de Defesa do direito à terra e ao território – Sônia Guajajara" [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: <https://youtu.be/Cowe9eTuqN4?si=b4ofTDeuf6WoAKFb>. Acesso em: 10 jun. 2025.

NEGRITUDES EM LETRA. "Por que a denúncia de Glória Maria fez história no combate ao racismo no Brasil?" [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: <https://youtu.be/xd9ZQyaAM9k?si=hMWV27TqbO-CFxuTz>. Acesso em: 28 mai. 2025.

PRIMEIROS NEGROS. "Gloria Gilmer: Pioneiríssima da Matemática" [texto]. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/gloria-gilmer-pioneirissima-da-matematica/>. Acesso em: 28 mai. 2025.

PROJETO QUERINO. O colono preto [podcast]. Direção Tiago Rogero. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/podcast-item/o-colono-preto/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PROGRAMA ESPECIAL. “Fernanda Honorato entrevista a nadadora Carol Santiago” [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: https://youtu.be/Bsjka832LNw?si=nx1g1lbVuxtx_j6x. Acesso em: 28 mai. 2025.

TNT SPORTS BRASIL. “PAPO COM UMA BICAMPEÃ PARALÍMPICA! TAYNAH RECEBE MARIANA D’ANDREA | IDENTIDADES TNT SPORTS – EP. 1” [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: <https://youtu.be/rVqDF5J3rc8?si=cWgaJ58otO5n3wtc>. Acesso em: 14 jun. 2025.

TEMPERO DRAG. “A MULHER ATLÂNTICA – Mulheres F*d4 – Beatriz Nascimento” [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: https://youtu.be/q95xFW2hvo8?si=X_XJ42WzQKV3mZNh. Acesso em: 28 mai. 2025.

TEMPERO DRAG. “QUILOMBO SOB AMEAÇA – Mulheres F*d4 – Mãe Bernadete” [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: https://youtu.be/G_TTDNw5oKA?si=EC8CH9yM6pVw_shG. Acesso em: 10 jun. 2025.

TV BRASIL. “Caminhos da Reportagem | Carolina de Jesus, a escritora além do quarto” [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: <https://youtu.be/6AvUP-loYEo?si=Phnz8VjmK81tHPRw>. Acesso em: 10 jun. 2025.

TV CULTURA. “Carolina Maria de Jesus inspira oficina sobre realidade das catadoras de lixo” [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: <https://youtu.be/ellfMmLlKyo?si=upSbV5Uq9vYzhy2m>. Acesso em: 28 mai. 2025.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores civilizatórios afro-brasileiros na Educação Infantil. In: VALORES afro-brasileiros na Educação. Boletim, v. 22, 2005, p. 30–36. Disponível em: <https://culturamess.files.wordpress.com/2012/01/valoresafrobrasileiros.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

XONGANI, Ana Paula. “BORA ATUALIZAR!!!” [vídeo]. YouTube, s.d. Disponível em: <https://youtu.be/VMs9ue4Fpnl?si=Xnk559apY2cPzAC8>. Acesso em: 28 mai. 2025.

